

UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO

ANGELA CRISTINA ALVES DE OLIVEIRA

**AS METAS DO MILÊNIO E OS OBJETIVOS DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
ANÁLISE SOBRE A REDUÇÃO DA POBREZA,
UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E IGUALDADE DE
GÊNERO**

BAURU
2016

ANGELA CRISTINA ALVES DE OLIVEIRA

**AS METAS DO MILÊNIO E OS OBJETIVOS DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
ANÁLISE SOBRE A REDUÇÃO DA POBREZA,
UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E IGUALDADE DE
GÊNERO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Prof. M^a. Roberta Cava.

BAURU
2016

Oliveira, Angela Cristina Alves de

O482m

As metas do milênio e os objetivos do desenvolvimento sustentável: análise sobre a redução da pobreza, universalização da educação e igualdade de gênero /Angela Cristina Alves de Oliveira. -- 2016.

76f. : il.

Orientadora: Profa. M.^a Roberta Cava.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade do Sagrado Coração - Bauru - SP

1. Educação. 2. Gênero. 3. Objetivos do desenvolvimento sustentável. 4. Objetivo do milênio. 5. Pobreza. I. Cava, Roberta. II. Título.

ANGELA CRISTINA ALVES DE OLIVEIRA

**AS METAS DO MILÊNIO E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL:
ANÁLISE SOBRE A REDUÇÃO DA POBREZA, UNIVERSALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO E IGUALDADE DE GÊNERO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Prof. M^a. Roberta Cava.

Banca examinadora:

Prof. M^a. Roberta Cava
Universidade do Sagrado Coração

Prof. M^a. Beatriz Sabia Ferreira Alves
Universidade do Sagrado Coração

Prof. M^e. Fabio José de Souza
Universidade Sagrado Coração

Bauru, 07 de dezembro de 2016.

Dedico esse trabalho aos meus pais, amigos e namorado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço de forma especial ao meu pai Moacir, minha mãe Sônia e meus irmãos Camila e Fernando, por incentivar um futuro promissor; sem me deixar desanimar a cada obstáculo encontrado.

Ao meu companheiro e amigo Daniel Monari pela paciência e compreensão, por estar ao meu lado em todos os momentos, por me ensinar o que é amar e me proporcionar inúmeras felicidades.

Agradeço acima de tudo a Deus, por ter proporcionado tantas coisas maravilhosas, como o dom do conhecimento, o dom da aprendizagem e por me fazer querer buscar sempre mais.

Agradeço especialmente a Prof. M^a. Roberta Cava pela amizade, apoio e orientação durante a escrita deste trabalho. Também sou grata a Prof. M^a. Beatriz Alves Sabia pelo conhecimento transmitido, pelo apoio e sua imensa dedicação ao curso.

A todos os professores que tive ao longo desse curso.

Aos meus amigos e companheiros desta longa jornada, Andréia André Bispo, Daniele Zamboni Lopes, Lisiane Varoto de Oliveira, Lucas Diego Batista e Maiara Bezerra por termos compartilhado momentos bons e ruins, podendo contar sempre com o apoio de todos.

Agradeço a minha amiga Tatiane Mendes, por dividir em nossas viagens diárias seu companheirismo e seus conselhos ao longo deste último ano.

Sem deixar de agradecer também a minha amiga Jéssica Mazo, pelos anos de amizade, pelos conselhos e por ser uma amiga/irmã pra mim.

Agradeço a universidade pelo suporte e assistência quando sempre precisei.

“O desenvolvimento é o novo nome da paz.”
(Papa João Paulo IV)

RESUMO

Em um mundo abalado por duas grandes guerras e com a desestruturação de sociedades, em que prevalecia o interesse nacional, surgiu à necessidade de criar mecanismos para estabelecer a paz e a harmonia internacional, a Organização das Nações Unidas. Entre as suas ações está a criação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que propôs objetivos a serem cumpridos pelos países envolvendo a cooperação, ajuda e investimentos internacionais, as Metas do Milênio, substituídos, em 2016, pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que expandem os temas propostos anteriormente pelo programa, envolvendo questões de esfera política, econômica, social e ambiental. Através da teoria construtivista e feminista, será desenvolvido um pensamento reflexivo sobre as metas relativas à erradicação da pobreza, universalização da educação e igualdade de gêneros, os resultados obtidos pelas metas e as ampliações definidas pelas agenda 2030. As análises recorrerão a relatórios acerca dos referidos aos temas, assim como a gráficos retirados de documentos oficiais para um melhor entendimento e análise dos temas estudados.

Palavras-chave: Educação. Gênero. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Objetivos do Milênio. Pobreza.

ABSTRACT

In a world shake by two great wars, and with the dismantling of societies, where prevailed national interests, international mechanisms to establish peace and world harmony were needed, such as the United Nations Organization. Among its actions is the creation of United Nations Development Program (UNDP), which presented goals to be accomplished by countries, regarding international cooperation, aid and investment, the Millennium Goals, replaced in 2016 by Sustainable Development Objectives, which expand the themes previously proposed by the program, involving political, economic, social and environmental issues. This research proposes, with the help of constructivist and feminist theories, a reflective thought about the goals related to the eradication of poverty, universalization of education and gender equality, as well about the results obtained by the goals and the extensions defined by the 2030 agenda. The research uses reports on these themes, and also graphs taken from official documents for a better understanding of the subjects studied.

Keywords: Education. Gender. Sustainable Development Objectives. Millennium Goals. Poverty.

LISTA DE ABREVIATURAS

- ACNUR** – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
- BRICS** – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- CNUCED** – Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres
- DAW** – Divisão para o Avanço das Mulheres
- EPT** – Educação Para Todos
- FAO** – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
- FNUDM** – Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres
- GATT** – General Agreement on Tariffs and Trade
- GEM** – Gender Empowerment Measure
- GDI** – Gender-Related Development Index
- INSTRAW** – Instituto Internacional de Pesquisa e Capacitação para Progresso da Mulher
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- OAAGI** – Escritório de Assessoria Especial sobre Questões de Gênero e Promoção da Mulher
- ODM** – Objetivos do Milênio
- ODS** – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PAM** – Programa Alimentar Mundial
- PIB** – Produto Interno Bruto
- PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- UNESCO** – Organização das Nações Unidas para Educação
- UNIFEM** – Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres
- UNICEF** – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CONSTRUTIVISMO E FEMINISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	14
2.1.	O CONSTRUTIVISMO.....	14
2.2.	FEMINISMO	17
3	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, AS METAS DO MILÊNIO E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	23
3.1.	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS	23
3.2.	AS METAS DO MILÊNIO.....	32
3.3.	OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	35
4	DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E GÊNERO NOS OBJETIVOS DO MILÊNIO E OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	39
4.1.	OBJETIVO Nº1 - ERRADICAÇÃO DA POBREZA.....	39
4.2.	OBJETIVO Nº4 - UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO	43
4.3.	OBJETIVO Nº5 - IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DE MULHERES E MENINAS	48
4.4.	METAS DO MILÊNIO: RESULTADOS	51
4.5.	OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: AMPLIAÇÕES...	64
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
	REFERÊNCIAS	73

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma reflexão acerca das Metas do Milênio e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, principalmente nas questões relativas a desigualdades sociais, igualdade de gênero e educação básica universal para todos. Esses objetivos foram criados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a fim de buscar soluções para problemas sociais presentes em todos os países.

Através de análises de relatórios e documentos, o trabalho verifica o que faltou ser cumprido para que os objetivos tivessem êxito até 2015, e quais foram às ambições estipuladas a serem alcançadas até 2030. Também reflete de forma concisa o que mudou entre as metas a serem atingidas com os Objetivos do Milênio em relação aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e qual a importância deles para a vida humana no planeta e nas Relações Internacionais.

As metas do milênio são importantes para a nova agenda internacional de um mundo após a Guerra Fria, se preparando para chegada de um novo século. Cada meta de uma forma geral aborda diferentes contextos que envolvem a vida social, economias e políticas construídas através da identidade e interesses dos países.

Esta pesquisa possui caráter bibliográfico, e pretende analisar esses temas de acordo com as teorias das Relações Internacionais sobre o construtivismo de Alexander Wendt, o Feminismo e o empoderamento conceituado por Amartya Sen. Foi extremamente contundente e necessário o uso de relatórios oficiais e documentos de órgãos das Nações Unidas para compor a análise crítica deste estudo.

Uma meta está interligada a outra, a educação democrática desenvolve o saber dos direitos e deveres do cidadão, tornando pessoas capazes de entender questões de direitos humanos, política, economia e sustentabilidade. O único porém é que cada nação possui uma cultura diferente e uma situação econômica diferente e, por esse motivo, apresentam-se desafios em relação ao que o país pode oferecer de acordo com suas políticas e recursos públicos.

Esta monografia tem por objetivo geral levantar discussões sobre os resultados e ampliações das metas do PNUD. Os resultados tiveram até o ano de 2015 para serem cumpridos de acordo com o que foi proposto, cada país escolheu

as metas de acordo com suas condições para que elas pudessem ser cumpridas dentro deste prazo. As ampliações foram estabelecidas para serem exercidas até o prazo máximo de 2030.

Este estudo salienta a necessidade de aprofundar os conhecimentos em relação à igualdade de gênero, a importância de uma sociedade igualitária, a inserção da mulher na política e como fazer para melhorar isso e superar os problemas históricos entre homens e mulheres. Enfatiza o conceito de empoderamento e destaca que a mulher tem papel fundamental no desenvolvimento sustentável.

Para um melhor entendimento, esta monografia divide-se em três etapas principais. No primeiro capítulo a ser estudado, será feita uma explanação da teoria construtivista e feminista nas Relações Internacionais, a primeira, fornece o entendimento da participação de todos os atores internacionais na construção da identidade do Estado e na modificação da realidade social do mesmo. A segunda, o feminismo, tem como grande desafio entender a luta feminista na busca pela igualdade de gênero e destacar a importância do papel da mulher na construção e organização da sociedade.

No próximo capítulo, será feita uma explanação inicial sobre o surgimento da Organização das Nações Unidas e sua função como organismo internacional, e seus programas de atuação para dar suporte aos países em questões humanitárias. O enfoque destes programas será voltado mais para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, órgão responsável por criar e conduzir as metas e objetivos do milênio que possam ser cumpridas no prazo estipulado pelos países integrantes da ONU. Por conseguinte, o próximo tópico do capítulo irá analisar as Metas do Milênio sobre pobreza, educação universal e igualdade de gênero, fazendo a interligação com as ampliações proposta no outro tópico, sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Contudo, o último capítulo fará uma explanação detalhada sobre a pobreza e a desigualdade social, a educação universal e sobre igualdade de gênero para um melhor conhecimento e análise de cada situação. Haverá um tópico específico para as apreciações dos resultados alcançados pelos países em geral, e um para informar sobre as ampliações das três metas objetos deste estudo, fundamentando ambos os tópicos com as críticas pertinentes.

Com esse estudo, será possível discutir de forma ampla a política empregada e pelos países para que as pretensões do PNUD sejam alcançadas. Trata-se de entender as questões sociais presentes em nosso cotidiano e de alguma forma contribuir pra torná-los parte da mudança que precisamos incorporar nossa vivência social e através de pequenas ações, melhor tudo aquilo que faz parte do nosso mundo e sobre o que diz respeito à qualidade de vida da população mundial, assegurando a dignidade de cada pessoa humana.

2 CONSTRUTIVISMO E FEMINISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Neste capítulo, procuraremos compreender a ótica da teoria Construtivista e Feminista nas Relações Internacionais para uma reflexão posterior acerca das Metas do Milênio e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Este estudo é de fundamental importância para compreensão de tais teorias, a fim de compreender o relacionamento entre Estados, a articulação com a sociedade civil e como eles se unem para discutir melhorias de temas atuais internacionais que merecem mais atenção e dedicação de cada nação sobre temas no âmbito da política econômica, social e ambiental.

2.1. O CONSTRUTIVISMO

O construtivismo ganhou espaço entre as teorias de Relações Internacionais nos anos de 1980 e 1990. Surgiu a partir do terceiro debate entre positivistas, que estudam as teorias tradicionais das Relações Internacionais, as teorias neoliberais e neorrealistas, e pós-positivistas que explicam o porquê do surgimento das relações entre Estados, partindo das análises das premissas da teoria crítica e pós-modernista.

O construtivismo é um conceito que aborda a constituição social das políticas internacionais, cujos argumentos atestam que a realidade é construída socialmente. As estruturas são estabelecidas pelas ideias compartilhadas e não apenas por forças materiais. Essas ideias são responsáveis por moldar os interesses dos atores das Relações Internacionais. (SARFATI, 2006).

Nicholas Onuf foi o primeiro estudioso a introduzir o conceito de construtivismo nas teorias internacionalistas. Publicou a obra intitulada *The Word of making: rules and the rule in social theory and international relations*, em que defende que o mundo é uma construção social em constante mudança, para ele, a anarquia não é o centro das Relações Internacionais, ela é constituída por regras modificáveis de acordo com a interação entre os agentes (Estados) e estrutura (anarquia). (NOGUEIRA, MESSARI, 2005).

Onuf influenciou os estudos de Alexander Wendt, um dos principais estudiosos do tema nas Relações Internacionais. Wendt defende que o

construtivismo nada mais é do que uma via média, um meio termo entre questões idealistas e materialistas, que vai discutir a identidade do Estado. A via média estabelece uma conciliação sobre a epistemologia positivista (estudo do saber) e a ontologia pós-positivista (estudo do ser) para constituir, então a relação mútua do conceito agente/estrutura. Na visão positivista os Estados estabelecem relações de cooperação ou de conflito, e essas relações são o que moldam sua identidade e suas escolhas, como objeto da construção social nas quais podem se modificar com o tempo. (SARFATI, 2006).

A teoria diz que os Estados são construídos socialmente, e seus interesses são moldados pelo processo de construção de sua identidade, é a partir da relação com outros Estados que surge a percepção de si mesmo, formando uma identidade corporativa por fazer parte atuante das Relações Internacionais, e que indica sua existência a partir de seu contexto histórico. Aqui, leva-se em consideração o que o distingue dos outros Estados e sua segurança física; segurança ontológica; reconhecimento e o desenvolvimento futuro. (SARFATI, 2006).

A relação entre Estados surge do cunho social e de sua identidade, visto que as críticas da teoria construtivista dizem que esse pensamento é utópico, e que a relação entre nações não é nada simples, mesmo porque sempre um Estado vai ter uma visão negativa do outro, estabelecendo contato apenas com aqueles que defendem os mesmos interesses. Cada Estado possui uma estrutura chave que é intersubjetiva e não material; a identidade e os interesses das nações são construídos por essas estruturas sociais e não são determinadas pela natureza ou pela política social do homem.

Nas palavras de Wendt:

Isso significa que a identidade é, em sua base, uma qualidade subjetiva ou enraizada no auto entendimento de um ator. No entanto, o significado desses entendimentos muitas vezes dependerá de se outros atores representam um ator da mesma forma e, assim, a identidade terá também uma qualidade intersubjetiva ou sistêmica. (WENDT, 2014, p. 280).

Então, as identidades caracterizam o que os atores *são*, tipos sociais ou o próprio estado de ser. Os interesses indicam o que os atores *querem*, e o que motivam o seu comportamento: “Sem interesses, identidades não tem força motivacional, sem identidades, interesses não tem direção.” (WENDT, 2014).

Existe ainda uma análise entre as relações positivas e negativas entre os Estados, relações que só podem ser definidas com a emissão de sinais vindos deles, sobre o jogo de interesses e ideologias além do conceito de que a anarquia é o que o Estado faz dela. Isso se deve ao fato de que aqueles que têm uma identidade negativa buscarão o balanceamento de poder, já os que têm identidade positiva se direcionam a cooperação. Assim, o construtivismo questiona de onde vêm os interesses dos Estados, acredita que a convivência social modifica os agentes. (SARFATI, 2006).

As relações de cooperação e conflito entre Estados dependem substancialmente do processo de formação de identidade entre eles. Os Estados que se identificam positivamente entre si tendem a cooperar, enquanto aqueles que se identificam negativamente tendem a manter uma relação conflituosa. (SARFATI, 2006, p. 262).

O conceito de anarquia pressupõe que não existe um sistema jurídico imposto superior à soberania dos Estados; o Estado é um ator unitário e, nessas condições, age de acordo com a situação atual do ambiente, influenciando seu comportamento. Um ambiente incerto motiva os atores a agir usando a força para atingir suas metas e se proteger de situações de conflito e de difícil cooperação.

A natureza da estrutura (anarquia) se divide em três dimensões: primeiramente, há *princípios ordenadores* – como são organizados o comportamento no sentido de igualdade ou superigualdade ou subordinação. Em segundo lugar, a *caracterização das unidades*, que analisa as funções desempenhadas pelos atores dentro do sistema, que muitas vezes são similares com as funções dos demais Estados. Por fim a *distribuição das capacidades* se refere à concentração de poder material no quesito econômico e militar no sistema internacional, dessa forma, é a anarquia que vai definir a socialização e o comportamento dos Estados, pois “em política internacional, o importante é a quantidade e o poder dos Estados.” (WALTZ, 1979 apud WENDT, 2014).

Os Estados como agentes possuem soberania, podem agir com independência, pois a soberania lhes dá autoridade de agir e responder por suas ações mediante as regras do convívio internacional. Nesse sentido, “a soberania é a base social para a individualidade e segurança deles. Os Estados que compartilham valores em comum, podem formar uma comunidade, assim como os seres humanos.” (BULL, 2002 apud SARFATI, 2006).

Já a questão da segurança dos agentes está ligada diretamente aos interesses que fazem parte da identidade corporativa. Aqui, Wendt (2005) acredita que existem diferentes tipos de interesses, que são ligados aos interesses nacionais objetivos determinantes da postura que levaria um Estado a agir de determinada maneira.

Robert Owen Keohane (1980) identifica três interesses nacionais – sobrevivência física, autonomia e bem estar econômico – Wendt, em sua análise, incorpora mais um: a autoestima coletiva. Esses interesses irá se manifestar conforme as identidades dos Estados. (WENDT, 2014).

A sobrevivência física garante a segurança dos indivíduos e do coletivo, mesmo se for preciso sacrificar indivíduos para que seja garantida sua sobrevivência. A autonomia é o poder de controlar seus recursos naturais a favor do seu governo, avaliza a “liberdade” não somente a sobrevivência. O bem estar econômico buscará manter a produção industrial da sociedade e seus recursos. Já a autoestima coletiva refere-se à sensação de bem estar de um grupo perante si mesmo, seja por status ou respeito. (WENDT, 2014).

Nesse sentido, Wendt afirma que:

Esses quatro interesses são necessidades que devem ser satisfeitas se os complexos Estados-sociedade querem ser assegurados e, como tal, definir limites objetivos sobre o que os Estados podem fazer em suas políticas externas. Eles podem, em certas ocasiões, ter implicações contraditórias que requerem definição de prioridade, mas a longo prazo os quatro devem ser satisfeitos. (WENDT, 2014, p. 286).

Portanto, é com o construtivismo que entendemos a base da construção dos Estados perante conceitos como anarquia, soberania, identidade, interesses, liberdade e segurança. Cada conceito compõe e caracteriza a maneira dos Estados agir diante da comunidade internacional que integra. É necessário então, haver uma harmonia no convívio social para cooperar com questões de grande importância para o coletivo, e assim se unirem para buscar maneiras de resolver os conflitos através de organizações internacionais, acordos e tratados de cooperação.

2.2. FEMINISMO

Como foi abordado no capítulo anterior, a principal característica do construtivismo é que os atores internacionais estão sempre construindo seus ideais, atitudes e convívio social. Nesta etapa abordaremos o Feminismo como segunda teoria importante para a construção deste trabalho, enfatizando a mulher como agente do desenvolvimento. Abordaremos nesta etapa o conceito do feminismo nas relações internacionais e faremos uma associação com a questão do empoderamento (em inglês “empowerment”) discutido pelo estudioso indiano Amartya Sen. O feminismo tornou-se uma poderosa filosofia para o engajamento de causas sociais referentes a discriminação de mulheres.

As autoras Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy (1985) apontam suas colocações sobre o feminismo transcrito no livro *O que é feminismo*. Nesta obra, relatam a situação da mulher na era antiga, social e moderna. A posição social da mulher na história antiga assimila tratamentos iguais a escravos na antiga Grécia; já em Atenas ser livre era ser homem e não mulher, nascer lá e não ser estrangeiro. A existência da mulher não era apenas para reprodução, mas uma das suas principais tarefas era fazer tudo o que da subsistência ao homem, sendo excluída do mundo do conhecimento, do pensamento e da própria civilização da época.

Foi apenas na idade média, em algumas partes do mundo que as mulheres começaram a gozar dos mesmos direitos que os homens, como profissão e propriedade. Em questões de trabalho, elas sempre recebiam remuneração inferior comparado com o sexo oposto. Décadas depois, a mulher foi denominada bruxa pela igreja por ser símbolo sexual e fonte do pecado, o que provocou um genocídio contra o sexo feminino na América e na Europa.

As primeiras vozes do feminismo surgiram na França e nos Estados Unidos onde mulheres lutavam pela liberdade cidadã, acesso a educação e participação política. Surgiram manifestos e revoluções em busca da igualdade de classes, em 8 de março de 1857 funcionárias de uma empresa têxtil de Nova York iniciaram um protesto contra os baixos salários, protesto que foi marcado pela violência de milícias por que sofreram. (ALVES, PITANGUY, 1985).

Foi através do movimento sufragista¹ que lutava pela melhoria das condições de trabalho e pelos direitos de cidadania (votar, participar da política), que a mulher encontrou uma forma de ter voz e ação na luta pelos seus direitos.

Após a década de 1960 o feminismo ganhou outro olhar de preocupação dos estudiosos. Simone de Beauvoir aprofundou o tema na vertente do desenvolvimento psicológico da mulher e seus condicionamentos de socialização. Já Kate Millet faz uma reflexão histórica das relações entre os sexos, e assim desencadeia o estudo do tema como uma teoria. Sendo assim, foi na década de 1990 que o feminismo tornou-se paradigma das Relações Internacionais. (ALVES, PITANGUY, 1985).

O feminismo ainda causa estranhamento nos debates das Relações Internacionais, pois é um tema novo que surgiu em meados dos anos de 1990 nas teorias internacionalistas. O estudo de gênero foi ligado aos estudos da teoria feminista, referindo-se apenas a uma categoria de análise do que o significado real da palavra. Aqui, definimos sexo como as características biológicas das pessoas, sendo ele feminino ou masculino. Já o gênero se refere ao apanhado de características culturais e sociais atribuídas aos indivíduos em função de seu sexo, o gênero é a identidade construída, pode sofrer mudanças de acordo com a cultura. (PRINCÍPIO DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 2016).

Essa distinção faz-se necessária e evidente na pauta nos debates internacionais para não só salientar as condições anatômicas dos seres, mas também para quebrar o significado social que há muitos séculos inferiorizou as mulheres em relação aos homens, quando muitas delas não podiam estudar, nem participar da política, ou trabalhar, mas deveriam cuidar dos afazeres domésticos e criar bem seus filhos. O estudo de gênero surgiu para apagar essa construção coletiva do típico pensamento masculino.

De acordo com Maria Izilda S. de Matos,

A presença das mulheres nos escritórios acadêmicos vem crescendo em função de um conjunto de fatores que tem dado visibilidade as mulheres, por meio de sua conquista de novos espaços. Um primeiro fator seria a maior presença feminina no mercado de trabalho, inclusive nas universidades, conjugada a expansão da luta das mulheres pela igualdade de direitos e pela liberdade, numa conquista do espaço público que derivou da afirmação dos movimentos feministas. (MATOS, 2005, p. 49).

¹ Movimento pela luta do operariado por melhores condições de trabalho e pelos direitos de cidadania, incluindo o direito de votar e ser um ator da política local. (ALVES, PITANGUY, 1985, p. 42)

Para alcançar seu reconhecimento atual, o movimento feminista passou por duas etapas antes de ser objeto de estudo das relações internacionais; na primeira etapa as mulheres lutaram pelo reconhecimento internacional e pela participação social na política, enquanto na segunda etapa, lutaram pelo reconhecimento como cidadã e pela inclusão social. (NOGUEIRA, MESSARI, 2005).

As características do movimento segundo Christine Sylvester se distinguem em visão feminista e feminismo pós-moderno. A visão feminista busca compreender as questões de gênero e de poder nas Relações Internacionais, e a visão pós-moderna questiona com veemência a questão de identidade. “Para o feminismo pós-moderno, é tão complicado um homem definir sua identidade quanto o é para as próprias mulheres.” (NOGUEIRA, MESSARI, 2005).

Podemos sugerir que a distinção de tratamento entre pessoas de sexos diferentes dá-se as questões culturais que manifestam experiências passadas e presentes sobre o modo de vida coletivo ou individual, o que favoreceu a construção da identidade cultural, histórica e linguística relacionadas a aspectos que envolvem poder, não só no ponto de vista masculino, mas também inclui uma trama política sobre o tratamento feminino na sociedade. (MATOS, 2005).

A partir da década de 1970 notamos uma aproximação maior entre governos e organizações internacionais, e os movimentos de caráter feminino com múltiplas iniciativas para ampliar a participação das mulheres em questões universais para que tenham voz e ação em busca de sua liberação de forma não identitária, mas destacar as diferenças de gênero que começou a ser discutidas em algumas décadas atrás, com o movimento sufragista no ano de 1920.

Amartya Sen, escritor indiano e economista, aborda o feminismo na questão da liberdade e do empoderamento como mediador do desenvolvimento. As mulheres que trabalham complementam a renda familiar, adquirem independência, irão compor a riqueza da sociedade, assim, inseridas no contexto social contribuem para o desenvolvimento a partir do momento em que tem acesso a educação, formação e trabalho, contribuindo significativamente com o declínio da pobreza gerado por disparidades sociais. Desta forma, podemos definir que “o empoderamento compreende um processo da conquista da autonomia por parte das mulheres, um processo que tem aspectos tanto coletivos como individuais.” (LEON, 2001 apud SCHEFLER, 2001).

Ao mesmo tempo, na visão de Sen, o desenvolvimento favorece o alargamento das liberdades (no quesito dos direitos de ir e vir, escolha, manifesto, etc) que cada indivíduo goza, englobam esferas econômicas e sociais, a liberdade constitui o desenvolvimento e ao mesmo tempo faz com que ele se desenvolva. Este pensamento proporciona analisar a liberdade humana, pois na condição de agente para o indivíduo viver plenamente feliz, ele necessita agir e viver da sua maneira. (MARIANO, RIBELATTO, 2012).

Sen ainda conceitua a questão do empoderamento que sofre mudanças em favor daqueles que desejam trilhar os caminhos da própria vida. Sendo assim:

Nessa perspectiva, as pessoas tem que ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. A sociedade e o Estado têm papéis amplos no fortalecimento e proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação e na de entrega sob encomenda. (SEN, 2000 apud MARIANO E RIBELATTO, 2012, p. 31).

Através das discussões sobre desenvolvimento e liberdade que surgiu o conceito de justiça social que definimos como “uma construção moral e política surgida em meados do século XIX que se baseia na igualdade de direitos, na solidariedade coletiva e no equilíbrio entre partes desiguais por meio da criação de um mecanismo de proteção” (SEN, 2000 apud MARIANO E RIBELATTO, 2012).

Nesse contexto, a participação de organismos internacionais é fundamental. A Organização das Nações Unidas (ONU) desde o seu surgimento buscou discutir e solucionar problemas em nível global, em todos os âmbitos econômico, político, social e ambiental. Falaremos mais sobre a ONU no próximo capítulo, mas é importante destacar nesta etapa o surgimento da instituição ONU Mulheres para o tratamento de questões sobre feminismo. Outro organismo que a ONU criou foi o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) – que visa medir e propor soluções relativas ao bem estar humano, e o foco passou de excesso de produção (quantidade) para como elas estão afetando a vida dos indivíduos (qualidade). Nesta questão, em complemento aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável as Nações Unidas inseriu a ONU Mulheres.²

² Informações retidas do site ONU Mulheres, disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>>.

A ONU Mulheres foi criada em julho de 2010 pela Assembleia Geral, fazendo parte das Nações Unidas nas questões de igualdade de gênero e empoderamento. Surgiu como parte da agenda de reforma das Nações Unidas agregando um importante trabalho junto com outros quatro setores, a Divisão para o Avanço das Mulheres (DAW), Instituto Internacional de pesquisas e Capacitação para o Progresso da mulher (INSTRAW), Escritório de Acessória Especial para Questões de Gênero e Promoção da Mulher (OSAGI) e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para Mulher (UNIFEM).

Este órgão governamental oferece apoio técnico e financeiro para os países que solicitam ajuda. Em apoio à agenda de 2030, lançou um programa global “Por um planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo para a igualdade de gênero” com diversos compromissos assumidos por 90 países, reunindo toda sociedade civil, governos, empresas privadas e universidades para que todos lutem juntos pela igualdade de gêneros. Sendo assim, o papel desta organização é importante para criar maneiras de erradicar a violência contra mulheres, incentivando a tomada de decisão por parte delas e “investir em planos de ação nacionais ou políticas para a igualdade de gênero, criando campanhas de educação pública para promover a igualdade de gênero.” (ONU MULHERES, 2016).

No decorrer desta explanação, enxergamos à importância de mecanismos internacionais para abordar temas como o feminismo nas relações internacionais. No próximo capítulo abordaremos o surgimento da ONU e seu papel fundamental na condução das relações entre países a um ambiente de paz e harmonia internacional.

3 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, AS METAS DO MILÊNIO E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Neste capítulo abordaremos o surgimento da Organização das Nações Unidas desde seu histórico pós-guerras, relatando o fracasso da Liga das Nações até surgir a ONU em 1945. Veremos que a relação conflituosa e extremamente imperialista de países europeus estava afetando a ordem internacional a respeito do comércio, soberania e territorialidade. Neste contexto observou a necessidade de criar um organismo capaz de nortear a relação entre Estados e manter a paz.

3.1. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Em meados de 1860 surgem com grande fervor os conceitos de nação e nacionalismo, presentes no contexto histórico representado pelo forte interesse dos países em manter o seu status quo na intensiva luta pelo poder. Ocorria a ligação de um sistema de multiestados agregados ao sistema internacional, mas com certa soberania que articulavam entre si.

Nesta época, a Alemanha era composta por 39 Estados integrados e independentes, determinados pelo Congresso de Viena, desde 1815 liderada por duas nações germânicas, sendo elas a Áustria e a Prússia que estavam em conflito devido às divergências de interesses. A Prússia trilhava caminhos para favorecer o comércio em prol dos burgueses, chamado de *Zollverein* (união aduaneira germânica), a fim de impulsionar o desenvolvimento econômico e industrial da região.

Nesta época, o nacionalismo se tornou presente perante a população e almejava a união cultural e étnica do ajuntamento alemão liderado por um único Estado. A primeira tentativa de unificação foi em 1850, liderado pela Prússia, porém não obteve êxito. Mais tarde em 1862, Bismarck foi nomeado primeiro ministro da Prússia pelo rei Guilherme I, e ficou conhecido como Chanceler de Ferro, investiu em força armamentista e militar direcionando sua liderança em prol da unificação alemã. (KISSINGER, 2012).

A Prússia estava sob a liderança de Otto Von Bismarck, que para exercer o domínio de muitas regiões estabelecia alianças com países vizinhos, buscando o

apoio da Áustria e com ele conquistou a região de Ducados (que era habitada por germânicos) que estava em posse da Dinamarca, passando a pertencer a Áustria após sua detenção. Descontente com a administração austríaca, em 1866 Bismarck declara guerra a Áustria, passando a ter domínio sob a região norte.

Nesta mesma época a Itália lutava pela unificação de suas províncias, a região de Piemonte-Sardenha estava se desenvolvendo rapidamente em relação a região centro e sul. A unificação era desejada pela nobreza e pela burguesia que ansiavam pelo expansionismo comercial unificando padrões de impostos e moeda única. Tardamente, com o apoio de populares Giuseppe Garibaldi conduziu os primeiros passos em relação à unificação.

Os Italianos anexaram territórios pertencentes ao governo da Igreja Católica e reinos papais, formando assim o reino da Itália governado pelo rei Vitor Emanuel II. A Prússia ajudou a Itália a conquistar o reino da Veneza, que era dominado pela Áustria. Para concluir o processo de unificação, ainda era preciso conquistar Roma, que era protegida por tropas francesas, mas com a guerra Franco-Prussiana declara, Roma ficou sem o respaldo francês e cedeu o território para a Itália. Com isso, “Napoleão possibilitou a unificação da Itália e involuntariamente favoreceu a unificação da Alemanha, dois eventos que enfraqueceram a França geopoliticamente (...).” (KISSINGER, 2012).

Para alcançar o objetivo de unificar os povos germânicos, a Prússia precisava ainda dominar a região sul, que não agradou o imperador da França, Napoleão III, que declarou guerra a Prússia em 1870 a fim de evitar o expansionismo inimigo, na região Alsácia-Lorena. Assim acontecendo, a guerra Franco-Prussiana provocou a coalizão dos interesses da França que apoiava movimentos nacionais liberais em controvérsia com a unificação da Alemanha, que era o que a Prússia almejava.

Com isso, as estratégias da França eram norteadas por Napoleão III que se opunha as propostas do Congresso de Viena,³ mantendo um posicionamento ambivalente, pois buscava fortalecer a soberania e o poder da França, mas também simpatizava com os nacionalistas liberais e queria que a autodeterminação dos povos permanecesse intacta.

Na obra *Diplomacia*, Henry Kissinger explana amplamente os conflitos entre penínsulas europeias em busca da unificação. Se tratando da França,

³ O Congresso de Viena foi uma reunião que estabelecia o fortalecimento da monarquia e buscava conter também movimentos nacionais liberais.

O objetivo final de Napoleão era revogar as cláusulas territoriais do acordo de Viena e alterar o sistema de estados que as formara. Mas nunca entendeu que sua meta resultaria também numa Alemanha unificada, encerrando para sempre as aspirações francesas de dominar a Europa Central. (KISSINGER, 2012, p.88).

Bismarck ganhou o embate e assim, usando da diplomacia, praticando a *Realpolitik*⁴ e com o auxílio de um poderoso exército, o Chanceler de Ferro liderou guerras contra Dinamarca, França e Áustria, consolidando posteriormente a unificação da Alemanha. Dessa forma, o erro de Napoleão em não intervir foi achar que a Prússia perderia.

A França aguardava o momento certo para posteriormente revidar a audácia alemã sob o território tomado. Enquanto isso, a Alemanha se consagrou como império europeu, fortaleceu seu desenvolvimento econômico e militar favorecendo seu crescimento geopolítico pela Europa. Passou também a exercer uma neocolonização de territórios da África e da Ásia, disputando com o Reino Unido, sendo um dos fatores desencadeantes da I Guerra Mundial anos mais tarde.

Nos anos subsequentes, os países europeus tentavam manter o equilíbrio de poder e a paz internacional, evitando guerras e invasões territoriais, com o receio de acontecer conflitos de maior dimensão as nações buscavam ser armar para se protegerem ou atacarem caso necessário em um futuro próximo. A Alemanha mantinha suas ambições com os imperadores sucessores de Bismarck, mas outros países visavam o prestígio internacional com fortes ambições: A Rússia que antes se mantinha ambivalente e neutra em questões de conflitos internacionais, agora agia sorrateiramente e deixava rastros de ameaça à paz mundial, adotou uma política socialista de governo.

No início do século XX a Europa exercia influência em muitos países do mundo menos sobre a Rússia, Japão e Estados Unidos, mas as crescentes disputas comerciais levaram a uma corrida armamentista em que as nações se aliavam com quem possuía interesses semelhantes e inimigos em comum. Sendo assim, as nações mais jovens como a Itália a Alemanha e a Austro-Hungria, se uniram formando a Tríplice Aliança, pois se sentiam prejudicadas pelas partilhas de

⁴ A palavra alemã *Realpolitik* substituiu o termo francês *raison d'état*, cuja relação entre Estados é determinada pelo poder bruto, com o uso da força para atingir seus objetivos, e a nação mais forte prevalecerá. (Kissinger, 2012, p. 85).

territórios. Já os países contrários a expansão alemã, Inglaterra, França e Rússia, se uniram formando a Tríplice Entente.

Quando, no auge dos conflitos, ocorreu a morte de Francisco Ferdinando, príncipe do império Austro-húngaro na região de Sarajevo (Bósnia), o império não concordou com as medidas tomadas para punir o assassino e declarou guerra a Sérvia em 1914. As batalhas se sucediam em meio as trincheiras, forma de proteção dos soldados que buscavam conquistar pequenos territórios. A fome e muitas doenças causaram a morte de milhões de pessoas no meio do caos, tecnologias novas foram surgindo e a indústria bélica não parava de crescer.

Outros atores tomaram parte do conflito: os Estados Unidos, por exemplo, entrou na guerra ao lado da Tríplice Entente, auxiliando a França e a Inglaterra na derrota contra o inimigo. Assim, foi criado o Tratado de Versalhes⁵ que impunha a Tríplice Aliança fortes restrições e punições, principalmente a Alemanha que teve que ceder seu poderio militar e bélico além de reembolsar os países prejudicados e devolver à França a região de Alsácia-Lorena.

Sendo assim,

A Primeira Guerra Mundial começou como típica guerra de gabinete, com notas diplomáticas de embaixadas e telegramas entre monarcas soberanos, em todos os passos antes do combate em si. Mas uma vez declarada, com as ruas das capitais européias enxameadas de multidões frenéticas, a guerra deixou de ser uma esgrima de chancelarias e virou luta e massas. Após os primeiros dois anos, cada lado apresentava termos incompatíveis com qualquer noção de equilíbrio. O que ninguém imaginava era que ambos os lados ganhariam e perderiam ao mesmo tempo: que a Alemanha venceria a Rússia e abateria seriamente a França e a Inglaterra, mas que, no final, os aliados ocidentais, com a ajuda indispensável dos Estados Unidos, seriam vencedores. (KISSINGER, 2012, p. 195).

O Tratado de Versalhes criou ainda a Liga das Nações, cujo principal objetivo era manter o equilíbrio de poder europeu, regular as relações entre os povos, a fim de evitar talvez uma possível hegemonia alemã. Observa-se que a primeira guerra mundial causou enormes desordens sociais, colocou em combate conflitos ideológicos e fez surgir uma nova guerra.

Surgem em 1918 a Liga das Nações, uma associação intergovernamental e permanente, de caráter mundial, que se baseia nos princípios de segurança coletiva

⁵Assinado em 1919, o Tratado de Versalhes propunha aos países derrotados da I Guerra Mundial, tinha como objetivo manter a paz mundial estabelecia punições principalmente à Alemanha que deveria cumprir uma série de restrições idealizadas pela Inglaterra e pela França.

e igualdade entre nações soberanas. Suas funções se resumiam em segurança, cooperação econômica, social e humanitária e seguir as normas do tratado de paz de Versalhes. Utilizando de mecanismos jurídicos para manter a paz entre os Estados. (SEITENFUS, 2012).

A Liga estabelece sua sede em Genebra, na Suíça e conta inicialmente com 32 países membros originários e outros 13 países convidados posteriormente. O objetivo geral fundamenta-se em resolver de forma pacífica qualquer tipo de litígio e proporcionar a segurança coletiva.

Idealizada pelo presidente norte americano Woodrow Wilson e por Charles Grey, ministro da Inglaterra, a Liga das nações tinha como base os princípios americanos de democracia, que envolvem a segurança coletiva e a autodeterminação dos povos, com esses princípios as nações não teriam motivos para declarar guerras ou revidar com opressão ao inimigo, ideias totalmente diferentes do que era defendido pelos europeus. Cada membro desta organização teria como obrigação resistir a qualquer agressão por parte de outro país.

Em 1918 Wilson apresentou ao congresso americano, os Quatorze Pontos, divididos em duas partes, sendo oito cláusulas obrigatórias e seis outros pontos que deveriam ser alcançados. Os pontos de Wilson tratava de, “ a diplomacia aberta, a liberdade dos mares, o desarmamento geral, a remoção de barreiras comerciais, o acerto imparcial de reivindicações coloniais, a restauração da Bélgica, a evacuação do território russo e, joia da coroa, uma Liga das Nações.” (KISSINGER, 2012).

Tendo em vista os Quatorze Pontos de Wilson, o ponto de número nove – sobre a criação de uma Sociedade das nações ou Liga das Nações, oferecendo garantias mútuas de independência política e de integridade territorial, não só aos grandes como aos pequenos Estados – previa a criação de uma organização internacional capaz de identificar e resolver ameaças contra a paz e a segurança internacional. Associaram Inglaterra, França, Japão e Itália, países aliados durante a guerra de 1914, e aprovou pela maioria dos votos na Assembleia da Sociedade, a entrada da Alemanha em 1926 e da URSS em 1934. (XAVIER, 2007).

Esta organização se dividia em Assembleia e em Conselho, que era formado por Estados Unidos, Reino Unido, Itália, Japão e França, além de quatro outros membros a serem designados pela Assembleia. Os Estados pactuaram em agir conjuntamente contra outras Nações, membros ou não da SDN, que quebrarem as regras do Direito Internacional.

Este último e extremamente importante item, sobre a necessidade de criar uma Liga das Nações, ou seja, uma união geral entre países com a finalidade de assegurar a paz resguardando a autonomia política e local das grandes e pequenas nações, serviu de base para a criação da Liga. Wilson defendia que apenas uma organização internacional poderia ordenar a paz mundial. Vale ressaltar que a participação dos Estados Unidos em todo decorrer da aceitação e prática desses Quatorze Pontos foi estritamente indireta, pois no início o país foi vedado de participar pelos congressistas americanos, deixando de fora também a Alemanha e a Rússia devido a suas ações, que ambos os países estando “isolados” internacionalmente por quase duas décadas.

Já era previsto que suas cláusulas não agradaria a todos os integrantes, o que fez com que mudanças fossem propostas para a melhoria dos Quatorze Pontos. As mudanças não obtiveram resultados e, sendo assim, prevaleceu as pesadas sanções presentes no Tratado de Versalhes. Com o pedido de saída do Japão da Liga, deu-se o primeiro passo para o desmantelamento da organização, levando ao fracasso da Liga das Nações. Uma década inteira foi concentrada na Europa e com isso, “foi o Japão – inesperadamente – que demonstrou a inutilidade da segurança coletiva e da própria Liga, anunciando uma década de violência crescente para os anos de 1930.” (KISSINGER, 2012).

A nação Alemã não concordou com os termos do Tratado de Viena, em um momento em que começava surgir governos totalitários, a Alemanha reascendeu seus objetivos imperialistas. Deste modo, Adolf Hitler passou a liderar o país germânico com o movimento nazista em 1933. Na Itália, Benito Mussolini empregava o fascismo e ambos os países passavam por uma forte crise econômica, e para escapar dela começaram a investir pesado na indústria bélica. Na Ásia o Japão também possuía ideais expansionistas e com isso formou uma aliança com a Alemanha e a Itália, denominada como os países do Eixo.

Assim, a Alemanha invadiu a Polônia na conquista de novos territórios, atitude que não agradou a França e a Inglaterra que ainda faziam parte da Tríplice Aliança junto com os Estados Unidos e União Soviética, que juntos declarou guerra à Alemanha, dando início a Segunda Guerra Mundial no ano de 1939. Este conflito teve fim em 1945 com a rendição da Itália e da Alemanha, marcado pela retaliação dos Estados Unidos ao Japão, atacando as cidades de Hiroshima e Nagasaki,

matando milhões de vidas inocentes, depois do ataque de sua base naval de Pearl Harbor.

O período entre guerras trouxe vários aprendizados no contexto internacional. As nações buscavam o desenvolvimento de sua região e com isso praticavam um comércio desregulado, com forte competitividade e sem um sistema padrão de barreiras comerciais. Essa relação abstrata era um dos principais motivos do surgimento de conflitos entre nações. Neste cenário os Estados Unidos começou a se tornar um estado hegemônico, propôs as nações a criação de um sistema internacional responsável por padronizar o movimento monetário em um padrão dólar-ouro, após o período de guerras em 1944, no acordo de Bretton Woods.

Segundo Samuel Kilsztajn (1989, p.88), “as demais moedas deveriam se alinhar ao dólar, tornando-se conversíveis a taxa de câmbio relativamente fixa.” Sendo assim, o dólar como moeda serviria como reserva internacional, esta moeda sofreu uma crise de 1944 até 1950 não comportando as contas-correntes norte americanas e as demandas monetárias internacionais. Foi só em 1958 que a convertibilidade das moedas passou a ser párea ao dólar. Essa crise fez com que se desenvolve-se o mercado das euro moedas.

Na visão de Kilsztajn,

Além disso, conforme o acordo de Bretton Woods, a moeda norte americana torna-se a moeda universal e a liquidez internacional ficara vinculada ao dólar. Nos primeiros anos do pós-guerra, os demais países desenvolvidos e suas respectivas moedas norte-americana como reserva internacional, os demais países, na prática, acabavam por fornecer crédito para os Estados Unidos (...). (KILSZTEJN, 1989, p. 90).

Depois de anos em crise, foi somente em 1982 no governo do presidente norte americano Ronald Reagan a economia do país passou a se reaquecer, recuperando altos índices de importação e diminuições das taxas de juros foram as diversas tentativas feitas para equilibrar a balança comercial, e mesmo assim, os países ficaram traumatizados após as grandes guerras e a busca pela “paz armada”, e com o cenário econômico mundial conturbado pela quebra da bolsa de valores de Nova York, a fome e a miséria tomou conta dos países, assim como os milhões de mortos resultados dos conflitos bélicos, atingiu diretamente as pessoas do choque pós-guerra ao estresse pós traumático.

Em uma conferência internacional realizada em São Francisco contando com a presença dos Estados Unidos, Reino Unido, URSS e a China e outros países cujo objetivo maior era buscar a paz internacional, nasceu a Carta das Nações Unidas entrando em vigor em outubro de 1945, sendo ratificada por 51 nações fundadoras, formou-se a Organização das Nações Unidas (ONU), possuindo sede em Nova York.

Tendo em vista a criação da ONU, podemos destacar que,

A ONU é uma OI com vocação universal mas que não pretende substituir-se aos Estados nem transformar-se em um governo mundial. A ONU não é, por isso, uma Organização supranacional mas sim uma Organização Intergovernamental (os Estados são os membros dos órgãos ou instituições compreendidas, constituída com a finalidade geral da “concertação a nível político, sem prejuízo de prosseguirem uma multiplicidade de fins específicos, normalmente definidos em termos muito amplos. (RIBEIRO, 1989 apud XAVIER, 1989, p.30).

Além de ter como princípios a paz e a segurança internacional, a Carta das Nações Unidas englobam todas as áreas de intervenção nos campos de cooperação econômica, social, política, militar, humanitária, cultural e tecno-científica, buscando solucionar os problemas que afrontam a humanidade. Podemos concluir que a ONU é uma organização internacional unida pela cooperação coletiva e voluntária entre Estados, se constituiu por um tratado internacional passivo de direitos, possui uma constituição sendo ela a Carta das Nações Unidas e também tem personalidade jurídica, diferente dos Estados, é autônoma sendo capaz de materializar a prática de suas ações aos fins comuns almejados pelos Estados. (XAVIER, 2007).

Sobre a Carta da ONU, podemos destacar que, para Seitenfus,

A adoção da Carta da ONU em 1945 e logo a seguir (1948) da Declaração Universal dos Direitos do Homem “transforma, ao menos no plano normativo, a ordem jurídica no mundo, levando-o do estado de natureza ao estado civil”.⁷⁵ A soberania, tanto em sua vertente externa quanto interna, deixa de ser um princípio absoluto e selvagem e subordinar-se-á, a partir deste momento, aos imperativos de paz e dos direitos humanos.(SEITENFUS, 2012, p.160).

O principal órgão responsável pela manutenção da paz dentro da ONU é o Conselho de Segurança que pode usar de sanções militares contra os Estados para manter a harmonia entre os países. Mais rigorosa que a Liga das Nações, ao passar dos anos a ONU obteve importantes conquistas: ganhou caráter universal, pois

abrangem hoje em sua composição 193 nações, sempre que necessário amplia suas atividades vinculadas ao desenvolvimento, promove o direito internacional, promove missões de paz e esta sempre aberta a reformas e não a extinção. (SEITENFUS, 2012).

De todos os documentos constituintes da Carta, o mais conhecido é a Declaração Universal dos Direitos do Homem, formada por trinta artigos escritos em 1948, garantindo o caráter humano passivo do direito internacional. Os direitos humanos garantem os direitos fundamentais, dignidade da pessoa humana, os fundamentos de liberdade, justiça e paz, educação, saúde e educação. Foi o primeiro documento criado por uma organização internacional, traduzido por 300 línguas, e não possui caráter obrigatório.

A Organização das Nações Unidas possui ainda agências especializadas, programas e fundos de caráter internacional. São “Instituições Especializadas e organismos subsidiários, ou seja, organismos criados de atribuições internacionais e que se estendem aos domínios econômico, social, da cultura intelectual e da educação, saúde pública e de outros.” (XAVIER, 2007).

O Banco Mundial e o Fundo Monetário internacional são exemplos de agências especializadas da ONU, cuja tarefa específica facilita a intervenção para com as nações e descentraliza e flexibiliza as ações do órgão. Dentre os doze programas e fundos existentes na ONU, podemos destacar o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED), Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres (FNUDM), Programa Alimentar Mundial (PAM), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Fundo das Nações Unidas para a infância (UNICEF), são programas mais conhecidos e presentes em varias áreas de atuação da ONU nos países que necessitam de ajuda internacional específica. (XAVIER, 2007).

Com o avanço da globalização, os países tiveram que se adaptar às mudanças causadas pela tecnologia, ao aumento do fluxo de informações, e a ascensão econômica, classificaram os países como desenvolvidos a subdesenvolvidos. Com isso, foi necessário criar instituições capazes de lidar com as questões de desenvolvimento, como a Conferência das Nações Unidas para Desenvolvimento (CNUCED) – 1964 - e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - 1965. O primeiro visava incluir países pobres nas

relações comerciais respaldadas pelo GATT (Acordo geral de comercio e tarifas); já o segundo, trata-se de um programa que financia, coordena e avalia assistência técnica ao desenvolvimento, utilizando todos os recursos de seus países membros. O PNUD é conduzido por um Conselho Administrativo composto por quarenta e oito membros. (SEITENFUS, 2012).

Os programas do PNUD são objeto de análise deste estudo. A partir deles desenvolveremos adiante desenvolveremos um pensamento reflexivo sobre os objetivos 1, 4 e 5, sobre Desigualdade Social, Gênero e Educação, respectivamente, três itens dos dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, refletindo sobre seus resultados e ampliações.

3.2. AS METAS DO MILÊNIO

Em um cenário internacional conturbado por guerras e conflitos mundiais, tornou-se latente a necessidade de priorizar assuntos relativos a condições dignas de sobrevivência pública em sociedade, assim como garantir a vida útil do planeta em que habitamos.

Em Nova York, na sede da Organização das Nações Unidas, em setembro de 2000, 191 nações se reuniram na Cúpula do Milênio para discutir ações que podem contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população mundial e adotar a Declaração do Milênio, liderado por Kofi A. Annan, então secretário-geral das Nações Unidas. Oito metas foram estabelecidas para serem cumpridas até o final de 2015, ficando conhecidas como as Metas do Milênio.

Os líderes mundiais se reuniram entre os dias 6 a 8 de setembro para estabelecer e concretizar as principais necessidades reais das pessoas no mundo. Pactuaram, então, acerca da Declaração do Milênio, segundo a qual cada país deve conhecer e aplicar os objetivos para que seja possível alcançar o que foi estabelecido na declaração, de acordo com os princípios da dignidade humana, igualdade e equidade a nível mundial. Cada objetivo alcançado pode ser comparado e avaliado em escalas nacionais, regionais e em níveis mundiais.

Dos objetivos acordados, os principais priorizam ações de combate à pobreza, propagação de doenças, combate à injustiça e desigualdades, à guerra a fim de proteger o patrimônio comum, visando às gerações futuras. Surgiu para sintetizar vários acordos internacionais alcançados durante os anos 90.

Estabeleceram-se oito metas denominadas Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), cujo alcance deveria ser realizado até o ano de 2015.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento⁶ (PNUD), os oito objetivos do milênio são:

- 1- Redução da pobreza;
- 2- Atingir o ensino básico universal;
- 3- Igualdade entre sexos e autonomia das mulheres;
- 4- Reduzir a mortalidade na infância;
- 5- Melhorar a saúde materna;
- 6- Combater o HIV/Aids, a Malária e outras doenças;
- 7- Garantir a sustentabilidade ambiental;
- 8- Estabelecer uma parceria ambiental para o desenvolvimento.

A redução da pobreza foi a primeira meta estabelecida pela Declaração do Milênio a ser cumprida para tentar erradicar a fome e a miséria e dar mais dignidade a pessoas que vivem com menos de 1,25 dólares por dia. Os países deveriam adotar políticas econômicas em favor dos menos favorecidos, incentivar o emprego, o desenvolvimento agrícola, sem discriminação étnica ou cultural, promover a proteção social e o acesso a serviços públicos.

A segunda meta estabelece a educação como fonte básica de desenvolvimento humano, personalidade e dignidade, tendo como objetivo eliminar o analfabetismo através de esforços governamentais nacionais e parcerias privadas.

Na questão de gênero, o objetivo é, através de políticas econômicas e sociais garantir a igualdade de acesso a políticas de emprego, ensino técnico profissional, incentivar a participação política e adotar medidas contra a violência e discriminação sexual.

No quesito mortalidade infantil, os objetivos propostos incluem alcançar uma gestão integrada das doenças da infância, incentivar o pré-natal de gestantes de baixa renda, vacinação, imunização e disponibilização de medicamentos e tomar

⁶ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento foi fundado em 1965 com sede em Nova York possui como característica principal, promover o desenvolvimento e eliminar a pobreza no mundo, é conhecido mundialmente por elaborar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). (PNUD, 2016).

medidas para melhorar a nutrição infantil facilitando o acesso à alimentação. (UNITED NATIONS, GENERAL ASSEMBLY, 2010).

No quesito saúde materna, foi proposto tomar medidas que possibilitem toda a pessoa ter qualidade nos serviços para que desfrute do mais alto nível de saúde física, mental, sexual e reprodutiva, disponibilizar um programa de planejamento familiar e combata as doenças sexualmente transmissíveis, complementando os programas nacionais.

O objetivo de combater o HIV/AIDS, a Malária e outras doenças visa reforçar os esforços para universalizar os serviços de prevenção dessas doenças e aumentar o acesso a essa prevenção, combinando a biomedicina, intervenções sociais, e conscientização geral de adolescentes e mulheres de proteger contra o risco de infecção do HIV/AIDS. Todos os esforços devem levar em conta os locais, a ética e os valores culturais do ambiente em que cada um vive. (UNITED NATIONS, GENERAL ASSEMBLY, 2010).

Cabe destacar que a sustentabilidade passou a ser um tema muito importante na agenda internacional. As Nações Unidas convidaram as nações a pôr em prática tudo o que foi discutido nas cimeiras sobre o desenvolvimento sustentável e reuniões como a Declaração do Rio⁷ sobre o meio ambiente e desenvolvimento, enfrentar novos desafios e auxiliar países emergentes com financiamentos e difundir a tecnologia adequada e necessária em termos mutuamente acordados.

Finalmente, propôs-se estabelecer uma parceria ambiental para o desenvolvimento, pondo em prática esses oito objetivos estabelecidos pelas Metas do Milênio, incentivando países em desenvolvimento com o auxílio técnico e financeiro externo, para promover o crescimento econômico, fomentar o investimento, comércio e cooperação financeira internacional de acordo com os resultados relevantes das principais convenções das Nações Unidas.

Os esforços de todas as nações deverão ter por objetivo adotar políticas e ações a nível mundial e de acordo com as necessidades dos países em desenvolvimento, considerando os valores fundamentais para a harmonia das relações internacionais do século XXI, entre eles: a liberdade, a igualdade, a

⁷ Conferência internacional realizada no Rio de Janeiro – Brasil em 1992 reuniu 178 delegações e 114 chefes de Estado, ocorreu um duplo evento, a Cúpula da Terra e o Fórum Global envolvendo movimentos sociais e ONGs discutiram questões ambientais e sobre Desenvolvimento Sustentável. (OLIVEIRA, {{2011?}} pp.1-4) Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT15-170-31-20120626115525.pdf>>.

solidariedade, a tolerância, respeito pela natureza e responsabilidade comum. (ONU, 2008). Tais valores assim como costumes das relações internacionais deverão ser transcritos por ações levando em conta questões chaves como a paz, segurança e o desarmamento, focados especificamente em evitar e extinguir todo tipo de guerra seja entre Estados ou dentro deles garantindo a qualidade de vida da população mundial.

Cabe à Assembleia Geral, ter uma base anual para avaliar e dar continuidade às propostas estabelecidas, assim como apresentar um relatório sobre os progressos e oferecer recomendações aos países com dificuldades.

Esses relatórios serão analisados nos próximos capítulos deste trabalho.

Com os Resultados obtidos em todas as reuniões da Cúpula do Milênio, ao longo de três anos, especificamente de 2013 a 2015, na Conferência do Rio + 20 realizada na África do Sul em 2012 para celebrar os vinte anos da Rio 92, foram discutidos novos objetivos e metas para por em prática pelos países incluindo questões universais, abrangendo os setores mais importantes vida política, econômica, social, ambiental e os Direitos Humanos. Traçaram-se então os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a serem cumpridos até o ano de 2030.

3.3.OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em setembro de 2015 foi determinada a agenda de desenvolvimento na Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, sendo guiada pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, discutida na Assembleia Geral da ONU em que cada nação e sociedade civil discutiram suas contribuições. O secretário geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon reitera a necessidade das ações coletivas e solidárias para que os progressos das metas sejam ainda maiores com os objetivos dos ODS.

As primeiras metas a foram definidas na Conferência do Rio + 20, ocorrida na África do Sul em 2012, em que um grupo formado por especialistas do mundo todo coordenado pelo norte americano Jeffrey Sachs, elaboraram temas relevantes para abarcar não somente os países em fase de desenvolvimento, mas sim integrar todas as nações participantes da Organização das Nações Unidas. Deste modo, “Na cúpula, ficou acordado que os governos participantes fixariam metas (os ODSs) que integrassem formas de combater a degradação dos recursos naturais do planeta,

ações contra a pobreza e em favor da igualdade social.” (FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2013).

Os temas estabelecidos abarcam questões não tão novas como erradicar a pobreza, lutar pela igualdade entre gêneros e proteger a criança e o jovem, mas que ainda necessitam de intervenções e melhorias a nível global. A qualidade de vida urbana e questões ambientais entraram em pauta para elaborar metas que proporcionem o bem estar da população envolvendo ações que envolvam as repartições públicas e privadas e a sociedade nacional de cada Estado.

Em uma escala mundial poucos foram os avanços concluídos até 2015 pelas Metas do Milênio, notou-se que a pobreza ainda está concentrada em algumas partes do mundo e que o progresso das metas foi desigual comparando à evolução dos países. Com isso, viu-se a necessidade de ampliar essas metas, que deverão ser alcançadas até o ano de 2030, sendo uma ampliação e ramificação dos Objetivos do Milênio, transformando-os em 17 objetivos e 169 metas. Trata-se de uma nova ambição da agenda global, metas integradas, indivisíveis e aplicáveis universalmente.

Abaixo listamos as ampliações das metas do milênio, sendo elas:

- 1 – Erradicação da pobreza;
- 2 – Fome zero e agricultura sustentável;
- 3 – Saúde e bem estar;
- 4 – Educação de qualidade;
- 5 – Igualdade de gênero;
- 6 – Água potável e saneamento;
- 7 – Energia limpa e acessível;
- 8 – Trabalho decente e crescimento econômico;
- 9 – Indústria, inovação e infraestrutura;
- 10 – Redução das desigualdades;
- 11 – Cidades e comunidades sustentáveis;
- 12 – Consumo e produção responsáveis;
- 13 – Ação contra a mudança global do clima;
- 14 – Vida da água;
- 15 – Vida terrestre;
- 16 – Paz, justiça e instituições eficazes;
- 17 – Parcerias e meios de implementação. (PNUD, 2016)

Agora com mais engajamento na agenda pós 2015, os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, enfatizando a erradicação da pobreza e de todas suas formas e dimensões, busca a integração de todos os países para programar esse plano de ações. O desenvolvimento sustentável leva em conta o legado que as metas do milênio deixaram e propõe obter avanços nas metas não alcançadas. Integra todas as questões econômicas, sociais e ambientais. Necessita do apoio internacional, melhoria na cooperação regional Norte-Sul e Sul-Sul e compartilhamento de conhecimento, informação e tecnologia e parcerias multi-setoriais para apoiar os objetivos em todos os países.

O documento da agenda global, denominado *Transformando nosso mundo: A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*, aponta todas as ações necessárias para a cooperação dos países. Delimita também áreas de atuação intituladas “os 5 Ps” – Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria – que dividem os objetivos, integrando e mesclando de forma equilibrada as três dimensões do desenvolvimento sustentável: ambiental, social e econômico.

A esse respeito, o documento destaca que:

As interconexões e a natureza integrada dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são de importância crucial para assegurar que o propósito da nova Agenda se concretize. Se realizarmos as nossas ambições em toda a amplitude da Agenda, todos sentirão melhoras sensíveis em suas vidas e nosso mundo será melhor. (TRANSFORMANDO NOSSO MUNDO: A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2016, p.2).

Cada país com sua soberania tem total responsabilidade primária pelo seu desenvolvimento econômico e social, mas contará com o princípio da solidariedade mútua global integrando Governos, setor privado, civis e organizações internacionais.

A erradicação da pobreza e das desigualdades sociais, apesar dos resultados positivos em vários continentes do mundo, ainda é o desafio principal e requisito indispensável para conclusão da agenda. Um estudo da ONU, publicado pelo site das Nações Unidas em 2013, revela que cerca de 767 milhões de pessoas vivem em estado de extrema pobreza, reforçando a cobrança por melhorias dos sistemas de proteção social, incluindo rendas para que as famílias necessitadas possam arcar pelo menos com o custo da alimentação.

Então, as metas se tornaram mais globais envolvendo todo contexto ambiental e urbano, além dos direitos humanos. Entretanto, o foco deste estudo consiste em analisar a questão da pobreza, de igualdade de gênero e acesso a educação, conforme veremos a seguir.

4 DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E GÊNERO NOS OBJETIVOS DO MILÊNIO E OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Esse capítulo buscará analisar três objetivos específicos - erradicação da pobreza, universalização da educação e igualdade de gênero, - presentes nas Metas do Milênio e Desafios do Desenvolvimento Sustentável, assim como seus avanços e suas deficiências. Por meio de documentos e relatórios do PNUD e das Nações Unidas articularemos a análise no que tange ao desenvolvimento humano em escala global referente a essas metas.

4.1.OBJETIVO N^o1 - ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o artigo XXV declara que todo ser humano tem direito a alimentação, saúde, bem-estar, habitação e serviços sociais. Esses são direitos que muitas vezes não são garantidos pelos governos, mas com o esforço coletivo, no âmbito público e privado, pequenas ações definidas por este tema pode mudar a vida de milhões de pessoas.

Acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares é a meta número um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Discute a questão do empoderamento também para pessoas em situação de vulnerabilidade, que inclui crianças, jovens, imigrantes, idosos, refugiados, tribos étnicas, entre outros que necessitam de uma atenção especial por viverem em áreas de emergências humanitárias ou afetadas por guerras e conflitos civis.

Os índices dos relatórios do PNUD revelam que globalmente o numero de indivíduos vivendo na extrema pobreza caiu de 1,9 milhões em 1990 para menos de 1 milhão em 2015, mais da metade correspondente a década passada. As pessoas que vivem em situação de pobreza no mundo são predominantemente rurais, jovens, de baixa escolaridade e vivem em famílias com numerosos membros.

O objetivo que abrange esta questão, conta com projetos de assistência social, conta com a ajuda do Comitê de Segurança Alimentar Mundial⁸

⁸ Chefes de Estados reunidos em Roma, em novembro de 1996 na Cúpula Mundial da Alimentação estabeleceram trajetórias para atingir um objetivo em comum: a segurança alimentar em todos os níveis desde o familiar, até o global. Cada país deverá adotar uma estratégia de acordo com seus recursos e capacidade e cooperar em nível regional e internacional nas organizações responsáveis

criado pela Declaração de Roma sobre a nutrição, como mecanismos de suporte e encaminhamento de recursos necessários para que todas as pessoas que convivem em um ambiente precário desfrutem de uma condição de vida básica.

As ações estabelecidas para essa meta devem ser priorizadas até 2030. Aqui podemos destacar que o continente africano é o que mais sofre com a pobreza e com a falta de recursos para saná-la, em especial a África Subsaariana que tem índices anuais menores que 2% de crescimento econômico. Ao mesmo tempo, segundo o PNUD, os países em desenvolvimento deste mesmo continente como a Etiópia, Tanzânia e Ruanda apresentaram índices de 6% sobre o crescimento econômico. Em 1990 quase metade da população pobre dos países em desenvolvimento vivia com menos de dois dólares por dia. Essa proporção diminuiu 14% em 2015.

Para amenizar esses índices a ONU conta com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) que tem por objetivo fornecer assistência técnica em atividades da área econômica e social relativas a pobreza. Busca melhorar e modernizar as atividades agrícolas, focada mais em desenvolver as áreas rurais onde vivem mais de 70% das pessoas pobres e famintas do mundo. A FAO possui parcerias com diversas entidades e governos a fim de viabilizar os projetos de segurança alimentar.

Pesquisas apontam também que as mulheres enfrentam o maior risco de viver na pobreza em seus agregados familiares do que os homens. Foi realizada em 75 países e deste número, em 41 países o número de mulheres era superior ao de homens em situação de pobreza, indicando características em relação a mulheres separadas, viúvas, ou mães solteiras. É por isso que, “mesmo onde as mulheres têm as mesmas probabilidades de viver em agregados familiares pobres, têm mais probabilidades de serem desfavorecidas em outras áreas importantes de bem-estar, como a educação.” (RELATÓRIO PNUD, 2015).

Um dos objetivos dessa meta também é alcançar o emprego produtivo e pleno e trabalho decente para todos, incluindo mulheres e jovens. Porém, a economia mundial está em um período de desaceleração em relação ao crescimento e isso faz com que aumente as desigualdades e gera instabilidade, fazendo com que

os índices de empregos não cresçam na mesma velocidade em que a força de trabalho encontra-se cada vez maior.

Outra meta pretendida por este objetivo é reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção de população afetada pela fome. No mundo ainda cerca de 795 milhões de pessoas estão subnutridas, em estatísticas mais específicas, uma em cada 9 pessoas não possuem alimentos para comer todos os dias. Porém, com a difícil situação econômica mundial, os programas para sanar a fome obtiveram progresso, mas os resultados poderiam ser maiores se não houvesse desastres naturais, as condições climáticas desfavoráveis, guerras civis e conflitos entre povos e também o aumento do preço das matérias primas e alimentos.

Há variações nos índices de fome em todo o mundo, segundo dados do relatório:

A taxa de redução da fome varia muito entre regiões. O Cáucaso e a Ásia Central, a Ásia Oriental, a América Latina e o Sudeste Asiático alcançaram a meta relativa à fome, devido principalmente ao rápido crescimento econômico nas últimas duas décadas. A China sozinha totaliza quase dois terços da redução total no número de pessoas subnutridas nas regiões em vias de desenvolvimento desde 1990. O Norte de África está quase a erradicar a insegurança alimentar severa, tendo alcançado um nível geral abaixo dos 5%. Por outro lado, o ritmo de redução nas Caraíbas, Oceania, Sul da Ásia e África Subsaariana foi demasiado lento para alcançar esta meta. O Sul da Ásia enfrenta o maior problema de fome, com cerca de 281 milhões de pessoas subnutridas. (RELATÓRIO PNUD, 2015, p. 21).

As situações de subnutrição em relação à fome variam muito de acordo com a região, devido ao crescimento demográfico e fatores econômicos e políticos, e assim o Relatório aponta que “as projeções indicam que a prevalência da subnutrição vai aumentar em 32% entre 1990–1992 e 2014–2016, devido a guerras, agitação civil e a um número de refugiados em rápido crescimento.” (RELATÓRIO PNUD, 2015).

No ano de 2014, com a intensificação dos conflitos civis, milhares de pessoas tiveram que ser deslocadas de seu país de origem para fugir da violência e da violação dos direitos humanos, principalmente na Europa e na Ásia, totalizando quase 60 milhões de pessoas. Esses indivíduos buscam asilo em regiões em via de desenvolvimento, eles se deslocavam principalmente da Síria, Afeganistão e Somália, em que a maioria das pessoas estavam sobre proteção da ACNUR.⁹

⁹ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados fundação das Nações Unidas criado para acolher e cuidar dos refugiados e imigrantes dos países. (ACNUR, 2016).

Já nas regiões da América Latina e Caribe tem mostrado níveis altos de desigualdade de renda, mas foram as áreas que mais testemunharam progressos. Especialmente o Brasil e o Peru foram países que superaram a desigualdade de renda. No Brasil, entre os anos de 2004 e 2014, cerca de 26,5 milhões de brasileiros saíram da pobreza, precisamente, 22 em cada 100 pessoas viviam com renda inferior a 140 reais por mês em 2004, e dez anos depois esse índice cedeu para 7 em cada 100 brasileiros.

Essas melhoras foram estimuladas a partir da introdução do Plano Real em 1994, fazendo com que os altos níveis de inflação fossem cortados. Ao fim década de 1990, a adoção de metas de inflação, taxas de câmbio flutuantes e uma política fiscal mais prudente apoiada pela Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000 criou um contexto de estabilidade macroeconômica no país que prevaleceu durante a próxima década. (WORLD BANK GROUP, 2016).

Segundo o Relatório do World Bank Group, a melhoria do quadro econômico e político ocorreram devido,

A Constituição de 1988, adotada após o restabelecimento da democracia em 1985, objetivou enfrentar as desigualdades históricas do país, garantindo direitos sociais básicos, como educação pública gratuita, saúde universal gratuita, pensões e assistência social. As políticas lançadas na década de 1990 lançaram as bases para as quedas de desigualdade observadas anos mais tarde. Por exemplo, a criação do Sistema Único de Saúde permitiu avanços substanciais no nível e equidade dos resultados de saúde. Além disso, as reformas educacionais foram fundamentais para colmatar as lacunas na educação e produzir uma força de trabalho mais qualificada. (Tradução Minha, p.105).

Um dos programas de assistência social que o Brasil criou e serviu de modelo para muitos países do mundo, foi o Bolsa Família em 2004, com a unificação de programas do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, no então governo do presidente Lula, trata-se de um programa de transferência condicionadas de renda, beneficiou cerca de um quarto da população do país tirando cerca de 56 milhões de pessoas da pobreza até o ano de 2014. (WORLD BANK GROUP, 2016).

Já no país peruano, o que favoreceu a queda da desigualdade social foi a influência da alta dos preços internacionais de minerais, assim como o aumento dos rendimentos, principalmente em serviços de mão-de-obra intensiva, comércio e agricultura e também aumento das transferências públicas e políticas fiscais

prudentes contribuíram para melhorar a distribuição dos rendimentos, e distribuição de capital. No início dos anos 2000 o que impulsionou um maior desenvolvimento para o Peru foi às políticas macroeconômicas prudentes e altos preços das commodities que trouxeram o investimento estrangeiro direto para o país, particularmente para o setor de mineração, impulsionando o investimento privado. Esse capital atingiu 26% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional em 2014, diferente do que foi alcançado no ano de 2000, que era só 18% do PIB.

Esse crescimento favoreceu a demanda por serviços (comércio e transportes) ampliando o emprego no setor informal urbano. O setor agrícola também foi favorecido com a introdução de celulares, a expansão da produção industrial e com o aumento das exportações, fatores que melhoraram os rendimentos do trabalho, gerando um crescente consumo interno movimentando a economia local. (WORLD BANK GROUP, 2016).

Em suma, a redução da pobreza no Peru ocorreu por causa das condições externas mais favoráveis relativas a um crescimento da demanda interna e melhorias no setor rural propiciando uma melhoria significativa de condições de vida para a população do país.

As intervenções políticas podem ser concebidas para melhorar a qualidade de vida e reduzir a pobreza de acordo com diferentes contextos sociais. As ações governamentais relacionadas à diversificação nas oportunidades de geração de renda para os pobres, amparados por programas sociais e de segurança capazes de proteger os mais pobres, assim como a infraestrutura melhorada em regiões menos desenvolvidas e, o suporte alimentar e assistência à saúde física das pessoas favorecem o desenvolvimento compartilhado e a continuidade para que as taxas de pobreza tenham índices menores com o passar dos anos.

A dificuldade ou a falta do acesso à educação das pessoas mais pobres contribui para que a o índice global de pobreza permaneça. Na próxima etapa será exposto o que foi realizado em relação à meta de número quatro sobre Universalização da Educação em nível global.

4.2. OBJETIVO N^o4 - UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Sobre a educação, a Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu artigo XXVI ressalta que todo ser humano tem direito a instrução básica e gratuita

pelo menos no ensino fundamental. Prevê também que a formação elementar seja obrigatória e o ensino técnico-profissional seja acessível a todos. Cada etapa da aprendizagem será capaz de formar a personalidade humana, o respeito ao próximo e com o diferente, formando uma consciência cidadã. Quanto mais pessoas tiverem um nível educacional elevado, maior será o desenvolvimento humano daquela região.

Dos objetivos do Milênio, a meta sobre educação básica e de qualidade para todos assegurava o foco principal em garantir que todas as crianças do mundo de ambos os sexos concluíssem o ciclo completo do ensino básico, levando em consideração o número de matrícula no ensino primário e a proporção dos alunos que concluem esse ciclo.

Porém cada região tem uma cultura, têm princípios e valores diferentes, cada lugar possui seu método de ensino o que dificulta o cumprimento total da meta. Em algumas regiões as meninas não podem frequentar a escola, pois estão sujeitas ao trabalho infantil ou a vida doméstica e, para que isso mude são necessárias intervenções governamentais e o apoio da sociedade civil.

Para que haja um ambiente escolar mais acessível a todos é preciso que existam políticas sobre a remoção de barreiras financeiras dentro e fora dos sistemas de ensino, buscando uma educação inclusiva, abordando profundas causas de desigualdades, disparidades e diversas formas de exclusão que afetam as crianças, principalmente aquelas que não frequentam a escola, qualificação de professores e funcionários capazes de transmitir um ambiente propício à aprendizagem, assim como melhora da infraestrutura e as condições materiais e tecnológicas e usar de avaliações de resultados do ensino.

Vale ressaltar também a importância de incentivos financeiros de empresas e do governo a programas de assistência financeira aos sistemas de ensino nacionais que é uma das propostas desta meta sobre educação, de modo a garantir a qualidade educacional, dando prosseguimento à eliminação do analfabetismo como parte de um dos compromissos assumidos no *Quadro de ação de Dakar sobre educação*,¹⁰ aprovada em 2000 no Fórum Mundial de Educação e nos ODM.

¹⁰ O quadro de ação de Dakar sobre educação visa satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos, além de erradicar o analfabetismo e universalizar o acesso a escola. Realizada pela UNESCO promoveu um processo de avaliação dos progressos alcançados com o objetivo de educar os cidadãos e sociedades. Avaliou primeiramente cada país das

É perceptível que os investimentos em educação são insuficientes. As famílias mais pobres precisam de subsídios para garantir ao filho o acesso a educação. Para isso, “Os governos devem desenvolver programas realistas de transferência de renda, (...) para ajudar as famílias pobres a arcar com os custos da educação, tais como taxas informais, uniformes e transporte.” (RELATÓRIO DE MONITORAMENTO GLOBAL EPT, 2015).

Além dos investimentos diretos, cabe ao governo facilitar a população o acesso aos prédios escolares investindo em infraestrutura de estradas, eletricidade e água potável, para que haja melhor participação escolar e para que reduza o índice de abandono.

O Quadro de Dakar reuniu 164 nações, de 26 a 28 de abril do ano de 2000, em que representantes de grupos regionais e organizações internacionais lançaram um marco de ações para estabelecerem os objetivos para alcançar a Educação para Todos (EPT) compreendendo seis objetivos nos quais teriam validade e cumprimento até o ano de 2015.

O primeiro objetivo diz respeito à educação e aos cuidados na primeira infância, reduzindo as taxas de mortalidade infantil e dos índices de subnutrição, prioriza as crianças mais vulneráveis ou que vive em condição desfavorável. O segundo objetivo visa à educação primária e universal gratuita, de qualidade e obrigatória para todas as crianças com um enfoque especial nas meninas, e em pequenos grupos étnicos.

Esses propósitos não são somente para crianças, o objetivo de número três promove a habilidade para jovens e adultos atendendo suas necessidades de aprendizagem. O de número quatro visa à alfabetização de adultos sendo que, segundo o relatório de Dakar, no mundo existem cerca de 781 milhões de adultos analfabetos. O quinto objetivo é relativo à paridade e igualdade de gênero eliminando as disparidades no ensino primário e secundário, visto que as meninas que vivem em regiões pobres são as que têm maior probabilidade de nunca se matricular na escola, já os meninos tem maiores chances de abandonar a educação

escolar. O sexto objetivo busca a qualidade na educação priorizando garantir a excelência do ensino. (EDUCAÇÃO PARA TODOS, 2015).

Outros artigos do Quadro de Dakar complementam a EPT incluindo programas educacionais para combater o HIV/AIDS que são as doenças infecciosas que estão mais presentes nos países mais pobres. Preocupa-se também em criar um ambiente seguro e saudável para a aprendizagem e busca capacitar os professores, sua auto-estima e status. (DAKAR, 2001).

A educação é uma ferramenta extremamente importante para o desenvolvimento e para a paz, pode ajudar a superar a pobreza em detrimento do crescimento econômico. Os programas e grandes campanhas voltadas ao ímpeto educacional podem causar um excesso de expectativas em relação aos resultados esperados por elas. Geralmente, estabelecem metas ambiciosas de mais que muitas vezes subestimam a complexidade da situação.

Para o Relatório de Monitoramento Global EPT,

A questão norteadora para estratégias futuras deveria ser: quais são os processos, as estruturas e os ambientes facilitadores que devem estar a postos para permitir que o maior número possível de jovens e adultos analfabetos desenvolvam, melhorem e retenham seus níveis de letramento, numeramento e habilidades básicas?. (EDUCAÇÃO PARA TODOS, 2015, p.2).

Acredita-se que através da melhoria educacional em todo mundo, será possível reduzir as desigualdades sociais em várias partes do mundo, pois é por meio da escola que as pessoas adquirem consciência de seus direitos e deveres, aprendem valores e se incluem na vida em sociedade. A escola prega a integração cultural e o respeito a diferenças, molda o caráter do indivíduo e indiretamente contribui na prevenção da corrupção assim como a violência. Sendo assim, “a educação para o Desenvolvimento Sustentável deve, também, ser incorporada aos processos pedagógicos, à validação do saber e ao funcionamento de instituições educativas.” (DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2005-2014, 2005).

Para que isso ocorra, deve-se assegurar a alfabetização em todos os processos e estágios da educação. Essa meta requer implementação nacional para que haja um contínuo monitoramento para que possa detectar avanços e melhorias. Em nível regional e internacional, a cooperação deverá ser feita de forma que haja

uma integração de todos os programas educacionais para atingir o que foi proposto pelo PNUD.

Sendo assim,

Já há evidencia em muitos países do que pode ser feito por meio de estratégias nacionais fortes, apoiadas em uma cooperação efetiva de desenvolvimento. O progresso dessas estratégias pode e deve – ser acelerado por um maior apoio internacional. Ao mesmo tempo, aos países com estratégias menos desenvolvidas – entre eles os países afetados por conflitos, os que estão em transição e os recém-saídos de crise – deve ser dado apoio necessário para atingirem um progresso mais rápido na Educação para Todos. (DAKAR, 2001, p.10).

Muitos países adotam alternativas para fazer com que a educação seja acessível a todos, inclusive a pessoas fora da escola. De acordo com o Relatório de Monitoramento Global EPT, em Bangladesh, foi criado um programa denominado BRAC que oferece educação primária a crianças que não frequentam a escola e nesses casos, mais de 97% das crianças continuam com os estudos no ensino secundário formal. Já na Índia, o National Institute of Open Schooling oferece a jovens a partir de 14 anos programas de educação básica e cursos profissionalizantes, até 2011, 2,2 jovens foram beneficiados na Índia. No Vietnã assim como no Brasil e na Coréia do Sul, os programas de educação focam principalmente na alfabetização de jovens e adultos visando capacitá-los para o ingresso no mercado de trabalho, atendendo também migrantes e trabalhadores rurais, cada país com um sistema diversificado, porém com o mesmo objetivo. (DAKAR, 2001).

Por fim, podemos apontar como conclusão preliminar que a educação universal só será alcança com o pleno esforço nacional, e com a ajuda internacional e regional, a fim de proporcionar as crianças à conclusão do ensino primário, assim como investir em programas de alfabetização de jovens e adultos necessitados. Assim será possível investir em formação profissional e programas para ingresso no mercado de trabalho, garantindo a toda a qualidade de vida e consciência plena dos direitos e deveres como cidadãos.

Como vimos anteriormente, as mulheres são a maioria das pessoas com baixo acesso a educação, o conhecimento fornecerá a elas ferramentas de voz e atuação na luta pela igualdade de gêneros em todos os setores da sociedade. A

igualdade de gênero e empoderamento das mulheres e meninas serão analisadas mais a fundo no próximo tópico deste trabalho.

4.3.OBJETIVO Nº5 - IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DE MULHERES E MENINAS

Em 1979 surgiu o primeiro tratado internacional que garante os direitos humanos da mulher, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (em inglês CEDAW) – denominada posteriormente de Convenção da Mulher – promovia a igualdade da mulher em questões de gênero e reprimia todas as formas de discriminação. Mantinha como base as provisões da Carta da ONU e da Declaração dos Direitos Humanos.

Com base nisto,

A Convenção da Mulher deve ser tomada como parâmetro mínimo das ações estatais na promoção dos direitos humanos das mulheres e na repressão às suas violações, tanto no âmbito público como no privado. A CEDAW é a grande Carta Magna dos direitos das mulheres e simboliza o resultado de inúmeros avanços principiológicos, normativos e políticos construídos nas últimas décadas, em um grande esforço global de edificação de uma ordem internacional de respeito à dignidade de todo e qualquer ser humano. (CEDAW, 1979, p.15).

Até o ano de 2005, 180 países tinham aderido a Convenção, cada Estado membro possui como dever eliminar todos os tipos de discriminação adotando medidas legais e políticas, abrangendo as áreas administrativas, legislativas e constitucionais, criando aparatos contra a discriminação na família até em questões de casamento para que seja efetivado o exercício das ações.

A igualdade de gênero e empoderamento feminino ganharam mais força depois da realização da Conferência Mundial sobre as Mulheres,¹¹ promovida pelas

¹¹ O documento intitulado “Ação para a igualdade, o Desenvolvimento e a Paz” partiu de avaliações realizadas pelas conferencias anteriores, e da identificação dos obstáculos existentes para que as mulheres possam exercer seus direitos e se integrar como pessoas. Dentre as dificuldades listamos, situação de pobreza, acesso a educação, saúde, violência contra a mulher, além das desigualdades perante as participações em estruturas econômicas e em atividades produtivas. Analisa também a insuficiência de mecanismos e instituições na promoção dos direitos da mulher. “Trata-se de um guia abrangente para orientar governos e sociedade no aperfeiçoamento do marco legal, na formulação de políticas e na implementação de programas para promover a igualdade e para evitar a discriminação.” (VIOTTI, 1995, pp. 1-2).

Nações Unidas em 1995, sediada em Pequim. Os termos da conferência foram adotados pelo PNUD, para enfatizar a meta de número cinco, referente a este tema. Definimos empoderamento como sendo, “uma melhoria na confiança nas próprias capacidades e habilidades de indivíduos ou comunidades. É caracterizado por um aumento de força política, econômica e social, ou seja, pelo engrandecimento da capacidade de ação.” (FARINAS, 2010).

Este objetivo propõe garantir o acesso à educação e conclusão escolar de meninas, removendo barreiras, dando suporte para um ambiente seguro e ofertando programas e assistência social e financeira, além de políticas contra a discriminação de gênero nas escolas e comunidades. Visa, ainda, incentivar o empoderamento feminino para mulheres de baixa renda proporcionando chances de ingresso no mercado de trabalho, como também cobra dos governos investimentos em infraestrutura na redução de cargas horárias domésticas para que possam participar ativamente do contexto social do ambiente em que estão inseridas.

A Conferência Mundial sobre a Mulher traçou marcos essenciais para alcançar a igualdade de gênero através das análises das conferências anteriores (Nairobi, 1985; Copenhague, 1980; e México 1975) para garantir que as mulheres exerçam seus direitos e se desenvolvam como pessoas. Estipularam-se várias áreas prioritárias de ação dentre elas as mais importantes são, a feminização da pobreza, as desigualdades na educação violência, acesso à saúde e a participação em partições públicas e políticas e também a deficiência na proteção dos direitos da mulher resumem o foco desta conferência que visa promover a igualdade e combater a discriminação, como base na orientação de sociedades e governos a respeito deste tema. (DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE AÇÃO DA IV CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER, 1995).

Mas como identificar e avaliar as regiões que necessitam destes tipos de melhoria? O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento criou índices para qualificar e monitorar os progressos da igualdade de gênero e empoderamento feminino em escala global. Os primeiros índices foram lançados em 1995, o Gender-Related Development Index – GDI e Gender Empowerment Measure - GEM, o primeiro foi elaborado pelos economistas Amartya Sen e Sudhir Anand, levando em consideração as desigualdades existentes entre os grupos sociais, fazendo uma leve crítica ao IDH, por não integrar as disparidades de gêneros que afetam o bem estar da nação. O segundo índice avalia a participação feminina na vida política e

econômica, assim como no processo de tomada de decisões locais. (SILVA, et al. 2015).

Em 2010 surge o GII – Gender Inequality Index a fim de suprir as limitações que os outros índices apontaram, analisando questões de saúde reprodutiva, mercado de trabalho e empoderamento de acordo com os dados disponíveis e condições geográficas.

Muitos são os obstáculos a serem superados nos temas de igualdade. Segundo Zeid All Hussein, alto comissário dos Direitos Humanos, “ uma menina nascida hoje, será uma avó de 80 anos, quando for alcançada a igualdade de gênero em 2095.” Ele relata também que nenhum país do mundo conseguiu atingir a igualdade de gênero plena. Ainda é evidente a desigualdade salarial, e baixos cargos em relação ao sexo masculino. (NENHUM..., 2015).

Em relação às políticas e projetos de implementação de desenvolvimento voltados às mulheres, podemos identificar enfoques relacionados ao bem estar, políticas antipobreza, empoderamento, equidade e eficiência. Os avanços se concentram em projetos de infra-estrutura focados nas mulheres identificadas como vulneráveis, com destaque nas questões de nutrição e saúde doméstica.

A esse respeito, para o economista indiano Amartya Sen (1999) analisa a questão do empoderamento como forma de liberdade e que essa liberdade gera o desenvolvimento. Pessoas que estão privadas dessas liberdades possuem pouca chance de sobrevivência em um mundo economicamente e politicamente desigual. Para ele, essas privações interferem na vida social e política das pessoas, sendo elas “consideradas repressivas mesmo sem acarretar outros males (como desastres econômicos). Como as liberdades políticas e civis são elementos constitutivos da liberdade humana, sua negação é, em si, uma deficiência.” (SEN, 1999).

A Organização das Nações Unidas tem um órgão específico par tratar de temas de gênero, a ONU mulheres, que lançou uma cartilha com sete princípios sobre o empoderamento feminino, que são eles: liderança na promoção da igualdade de gênero; igualdade, inclusão e não-discriminação; saúde e bem estar, educação e treinamento; desenvolvimento empresarial, cadeia de fornecimento e práticas de comercialização; liderança e engajamento comunitário e transparência, medição e prestação de informações. Esses princípios elencam políticas econômicas e direitos humanos considerando os interesses gerais da sociedade civil

e dos governos visando à participação de todos. (PRINCÍPIOS DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 2015).

O acesso à educação de meninas ainda é um ponto preocupante dentro da sociedade, pois elas são a grande maioria que se encontra fora da escola. As políticas educacionais deve ter o enfoque do gênero em todas as etapas do aprendizado. Para isso,

A integração do gênero visa a tornar a igualdade de gênero um ideal central, refletido nas estruturas e nas práticas de instituições, assim como na sociedade como um todo, em vez de ser um setor ou uma questão à parte. O Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, atual ONU - Mulheres, promove o orçamento sensível a questões de gênero em mais de 60 países. (EDUCAÇÃO PARA TODOS, 2015, p. 36).

Vale destacar, então, que é necessário integrar as mulheres como parte importante na construção do desenvolvimento, deixando de serem somente receptivas ao mesmo, passando ser atuante na superação da pobreza nos países tidos como Terceiro Mundo. Essas adoções de política sustentam-se à medida que o feminismo liberal surge e questiona as relações de poder social. Há uma vasta cobrança sobre a participação do Estado na promoção de assuntos de política pública voltadas ao empoderamento, divisão sexual do trabalho e a hierarquia existente em relação à produção e reprodução.

A igualdade de gênero garante, assim como o direito ao voto conquistado no movimento do sufrágio feminino, que mulheres participem ativamente da política e de câmaras legislativas, incluindo as lideranças e estruturas de processos de decisões a nível local, intensificando os esforços para igualdade entre homens e mulheres como os principais interessados em prevenir e resolver conflitos e processos de construção de paz.

Ante o exposto neste tópico notou-se a importância sobre a discussão deste tema com a finalidade de buscar melhorias em questões de igualdade de gêneros e empoderamento feminino. No tópico seguinte, serão abordados os resultados das metas de exclusão da pobreza, universalização da educação e igualdade de gêneros conquistados no prazo estipulado para a conclusão das Metas do Milênio.

4.4. METAS DO MILÊNIO: RESULTADOS

Foi em meados de 1990 que o PNUD introduziu o conceito de desenvolvimento humano relacionado à qualidade de vida da sociedade e dos indivíduos, voltando o olhar não somente para as questões econômicas, mas adotando políticas e programas em dimensões sociais, culturais e econômicas.

O PNUD estabeleceu para cada nação um Documento de Posição Oficial, contendo os estágios atuais em relação às metas, contendo o relato dos problemas enfrentados, os progressos, estatísticas para que possam ser feitas adequações e melhorias dos objetivos para que tenham um excelente cumprimento por parte dos países. (GUIA DE ESTUDOS PNUD, 2015).

Sendo assim, o PNUD elaborou em 2015 um relatório final mostrando no âmbito geral quais foram os progressos em relação às metas estabelecidas. Apesar do progresso, a pobreza extrema continua com índices altos em algumas regiões, mas a boa notícia é que o índice mundial reduziu pra menos de 10% da população total existente. Através de dados obtidos pelo Banco Mundial (2016), constata-se que do total de pessoas em desigualdade social, metade em extrema pobreza encontra-se na África Subsaariana, a região possui ainda 389 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, nos anos de 2012-2013 o resultado foi apenas de 4 milhões a menos de pessoas em situação de pobreza, o que representa 1,6% do total de 41% que a região possui. Para ilustrar esta situação usaremos um gráfico do relatório do PNUD.

Figura 1 – Taxa de extrema pobreza.



Fonte: Relatório sobre os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, 2015, p.4.

Observamos que houve uma diferença significativa sobre a redução da pobreza de 1990, que contava com 47% para 14% em 2015, e que de 1,9 milhões de pessoas vivendo na extrema pobreza, em 2015 esse número reduziu para 336 milhões de pessoas. O número global de pessoas em situação de extrema pobreza reduziu por mais da metade de 1,9 milhões para menos de 1 milhão, como mostra na figura acima. Esse progresso ocorreu devido à ascensão da classe média trabalhadora e pelo mercado econômico favorável ao desenvolvimento.

Ainda que as decorrências indiquem que houve progressos na consignação de uma maior igualdade em todo o mundo, também não há lugar para contentamento: ainda vivemos em um mundo marcado por intolerável disparidade de oportunidades, distinções de gênero e privações particularmente na saúde e na educação, falta saneamento básico, nutrição e práticas de consumo responsável para extinguir a diferença social.

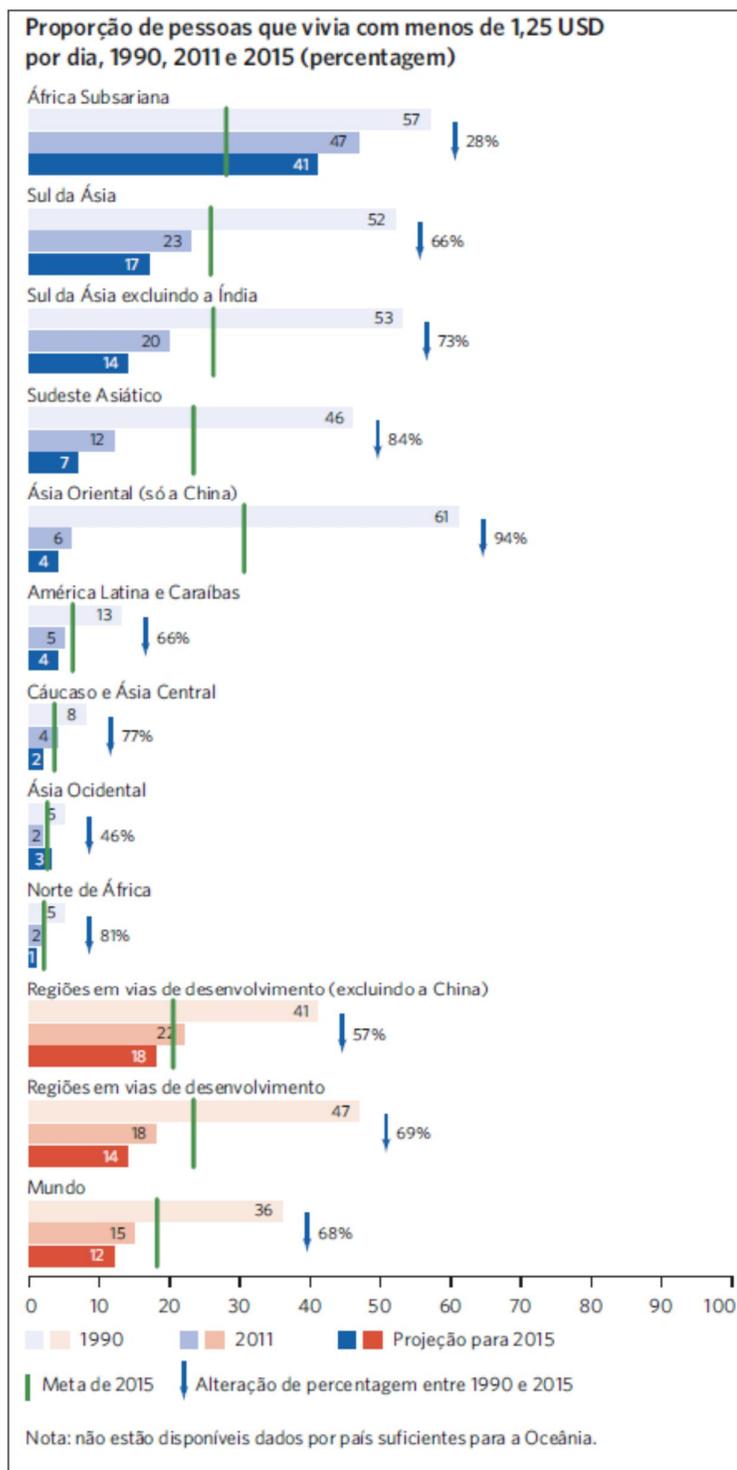
Nos anos 90 instituições internacionais e governos passaram a debater questões de vulnerabilidade tanto local quanto nacional. Para que os resultados fossem alcançados, era necessário atingir a pobreza em três parâmetros: aumentar

a segurança, facilitar a autonomia e promover oportunidades. Em relação a promover oportunidades, a importância material tem um significado extremamente latente para o progresso, concedendo crédito, empregos, questões de infraestrutura e saneamento, acesso a escola e ao consumo, contando essencialmente com a ajuda do Estado.

Para facilitar a autonomia dos mais vulneráveis há a necessidade de ações públicas referentes às indigências dos pobres, englobando a interação de processos políticos, instituições jurídicas e grupos da sociedade. Toda autonomia deve ser clara e limpa sem distinção de sexo, etnia ou condição social. Acerca da segurança, ações são necessárias para reduzir a vulnerabilidade de catástrofes naturais, doenças e crises econômicas focado no bem estar da população. Esses elementos são complementares, cada país deve criar suas próprias políticas de redução de pobreza de acordos com as prioridades locais. (RELATÓRIO SOBRE DESENVOLVIMENTO MUNDIAL, 2000).

A seguir apontamos o percentual de pessoas que sobrevivem com menos de 1,25 dólares.

Figura 2 – Percentual de pessoas que sobrevivem com menos de 1,25 dólares por dia.



Fonte: Relatório sobre os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, 2015, p.14.

Com base nesses dados analisamos que a África Subsaariana teve um baixo progresso com menos de 30% de 1990 a 2015, comparado aos outros países da Ásia e da América Latina e Caribe. Porém sabemos que países em que a economia é escassa a ajuda acaba sendo limitada a disponibilidade de recursos e auxílio estrangeiro, o que nem sempre é capaz de suprir as necessidades da população. No entanto, as pessoas mais pobres do mundo estão difundidas de forma desigual em inúmeras regiões do mundo, sendo que, a África Subsaariana e o Sul da Ásia possuem ainda cerca de 80% do total de pessoas extremamente pobres.

Segundo o relatório final das Metas do Milênio,

A pobreza mundial diminuiu de forma significativa nas últimas duas décadas. A meta dos ODM para reduzir para metade a proporção de pessoas que vivem em pobreza extrema foi alcançada há cinco anos, antes do prazo de 2015. As últimas estimativas mostram que a proporção de pessoas que vive com menos de 1,25 USD por dia diminuiu globalmente, de 36% em 1990 para 15% em 2011. As projeções indicam que a taxa de pobreza extrema mundial diminuiu ainda mais, para 12%, em 2015. A taxa de pobreza nas regiões em vias de desenvolvimento caiu de 47% em 1990 para 14% em 2015, uma redução de mais de dois terços. (RELATÓRIO PNUD, 2015, p.15).

Com isso, observamos que a meta foi alcançada com sucesso em várias regiões do mundo, de acordo com a Figura 2, nos países mais desenvolvidos como a China e a Índia que possuem altos contingentes populacionais que com o passar dos anos a melhoria destes índices ocorreu com o auxílio da implementação de programas antipobreza e também da com a ajuda da tecnologia.

Notamos, então, que o crescimento econômico mundial está estagnado, mas ele é responsável por impulsionar a redução da pobreza permanece com riscos desfavoráveis a economia global, com baixa demanda, mercados financeiros restritos assim como o fluxo de capitais voláteis (BANCO MUNDIAL, 2016).

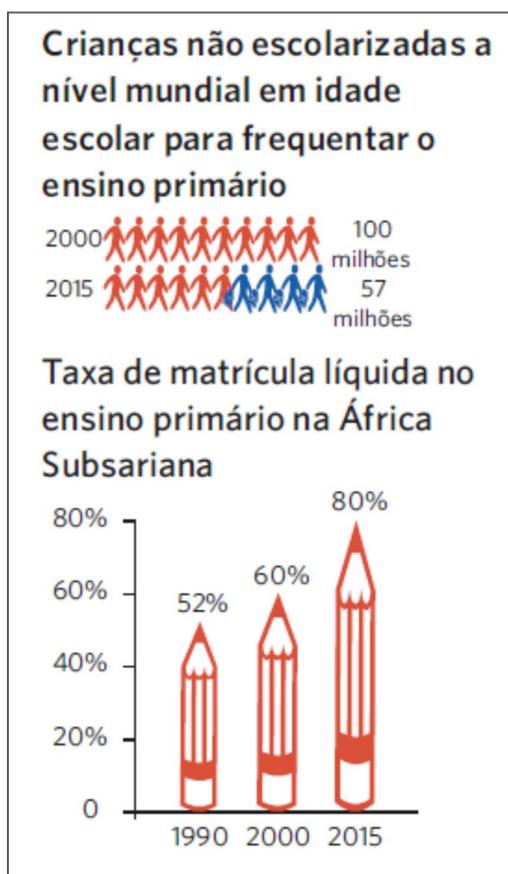
Mesmo em meio à crise econômica mundial, o número de trabalhadores que vivem na extrema pobreza diminuiu muito nos últimos 25 anos. No ano de 1991, o número de pessoas que sobreviviam com menos de 2 dólares por dia caiu 88% até o ano de 2015, aproximadamente de 900 milhões de pessoas para 300 milhões neste período. Mas apesar do progresso grande parte dos empregados trabalham em condições vulneráveis.

Com a economia mundial em crescimento baixo, o número de desempregados aumentou significativamente. Dados do relatório apontam que

“Segundo a Organização Internacional do Trabalho, mais de 240 milhões de pessoas estão desempregadas em 2015. Isto representa mais de 34 milhões em relação ao período anterior ao início da crise econômica e 53 milhões mais do que em 1991.” (RELATÓRIO PNUD, 2015).

Pode-se dizer que a pobreza também está associada à falta de escolaridade. O objetivo de número 2 das Metas do Milênio promovia que todos os países alcançassem a educação primária universal, incluindo todas as crianças de ambos os sexos tenham oportunidade de concluir o ensino primário completo. Esta meta mais do que dobrou a quantidade de alunos matriculados na África Subsaariana, de 62 para 149 milhões de crianças na escola. Observe o gráfico seguinte:

Figura 3 – Crianças em idade escolar fora da escola.



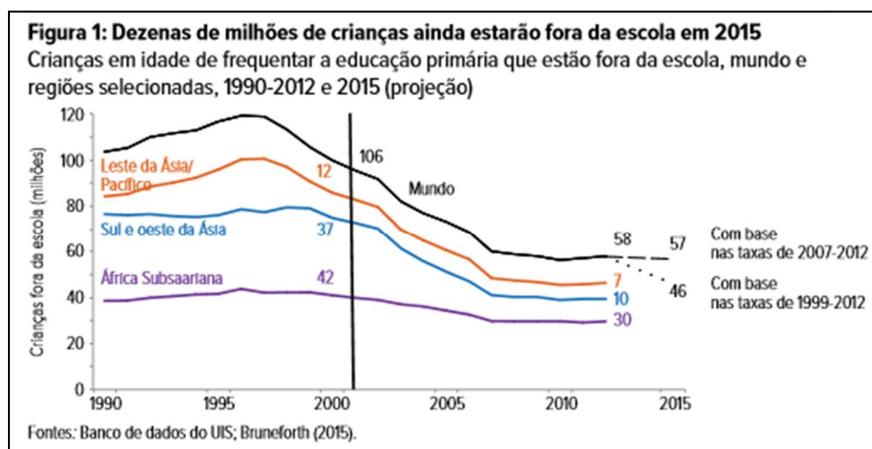
Fonte: Relatório sobre os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, 2015, p.4.

O gráfico apresenta o número total de crianças não escolarizadas de 2000 a 2015 a evolução foi de 43% de crianças matriculadas no ensino primário, de 100 milhões reduziu para 57 milhões de crianças em processo de alfabetização na primeira infância. Com base no gráfico, a África Subsaariana apresentou o maior índice de crianças com matrícula líquida (alunos em idade oficial para frequentar o ensino primário) nas escolas. Os principais fatores que desencadearam as dificuldades na conclusão desta meta envolvem as altas taxas de mortalidade infantil questões relativas a melhoria da nutrição que reflete negativamente no desenvolvimento físico das crianças.

Das metas para o ano de 2015, dados atuais da UNESCO revelam que das crianças de varias idades e não escolarizadas, 263 milhões ainda estão sem acesso a educação. Um dos principais obstáculos são os locais onde existem zonas de conflitos armados, o que dificulta o acesso a escola. Desses milhões de crianças, “de modo geral, as meninas têm mais dificuldades em obter acesso à educação. Estima-se que 15 milhões delas, em idade de frequentar o ensino primário, nunca irão à escola. Entre os meninos, esse número é de cerca de 10 milhões.” (UNESCO..., 2016).

O abandono escolar é um fator responsável pela estagnação dos avanços nas taxas de alfabetização. Calcula-se que uma em cada seis crianças não chegará a fase da ultima série. Observe abaixo:

Figura 4 – Estimativa do total de crianças que ainda estarão fora da escola em 2015.



Fonte: Relatório de monitoramento global EPT, 2015, p.6.

Neste gráfico, as regiões do Leste da Ásia e do Pacífico apresentaram ótimos avanços, porém de mais de 80 milhões de crianças fora da escola, para o ano de 2015, 7 milhões ainda encontram-se analfabetas. Porém, esta meta não só avalia a situação das crianças na educação, visa também integrar jovens e adultos analfabetos. Apesar do progresso lento, as disparidades entre os sexos foram amortizadas. A esse respeito,

Existem cerca de 781 milhões de adultos analfabetos. A taxa de analfabetismo diminuiu ligeiramente, de 18%, em 2000, para estimados 14%, em 2015, o que implica que a meta proposta em Dakar de reduzir o analfabetismo pela metade não foi alcançada. Apenas 17 de 73 países cuja taxa de alfabetização era menor do que 95% em 2000 conseguirão diminuir o analfabetismo pela metade até 2015. Houve progresso rumo à paridade de gênero na alfabetização, mas não de maneira suficiente. Todos os 43 países onde menos de 90 mulheres para cada 100 homens eram alfabetizadas em 2000 avançaram rumo à paridade, mas nenhum deles a terá alcançado até 2015. (RELATÓRIO DE MONITORAMENTO GLOBAL EPT, 2015, p.8).

Mesmo assim as meninas são a grande maioria sem acesso a educação, já os meninos matriculados tem maior probabilidade de abandonar os estudos. Para melhorar os avanços na educação, além de políticas de inclusão de crianças na escola, é de grande estima aprimorar a qualidade na educação, em todos os aspectos incluindo a quantidade de alunos por sala e por professor, padronizar um sistema de avaliação nacional para facilitar a coleta de dados sugestivos a este tema.

Programas da UNESCO tem se dedicado a incentivar e garantir que os adultos tenham acesso à educação, pois ela é fundamental para a transformação econômica, cultural e política de um país. Entretanto o ambiente econômico precário dificulta as ações e investimentos na educação de adultos, o que os impedem de exercer uma cidadania ativa e produtiva, mas a escassez de recursos limita as oportunidades marginalizando a educação de jovens e adultos comparada a infantil, trava a qualidade do ensino influenciando negativamente nos resultados de aprendizagem.

Nesse sentido,

Evidentemente, os avanços globais na educação e cuidados na primeira infância e no ensino básico têm um impacto positivo na aprendizagem e educação de adultos em médio prazo, já que crianças e jovens que tiveram maior acesso à educação formal têm maior probabilidade de continuar a

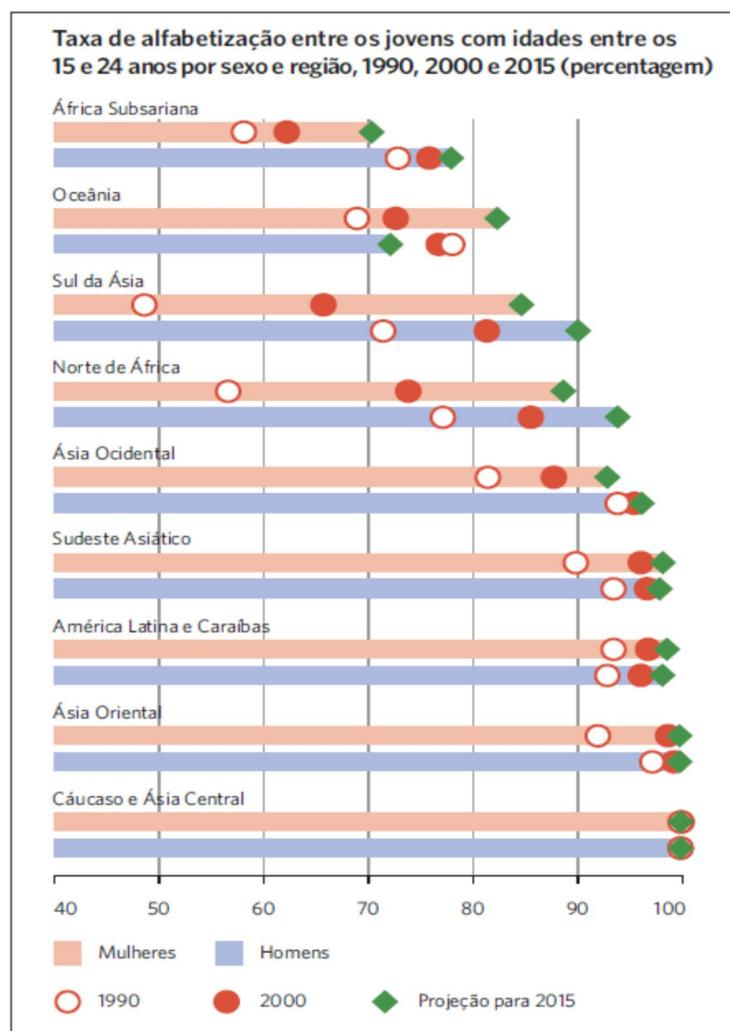
participar de diferentes contextos de aprendizagem quando se tornam adultos. No entanto, este progresso tem que ser contextualizado: ser pobre, viver em áreas rurais ou favelas urbanas e pertencer a uma minoria indígena ou migrante ainda limita significativamente as oportunidades educacionais. Em todo o mundo, as meninas ainda sofrem uma desvantagem educacional – e a desvantagem é cumulativa. (RELATÓRIO GLOBAL SOBRE APRENDIZAGEM E EDUCAÇÃO DE ADULTOS, 2009, p.19).

Quando há oportunidade de formação e qualificação os status sociais dessas pessoas aumentam, visando um emprego bem remunerado, empreendedorismo e trabalho autônomos. Repercute diretamente no cuidado com a saúde, planejamento familiar, no acesso a informação e aos meios de comunicação responsáveis pelo desenvolvimento.

A educação pode auxiliar na redução da pobreza, pois as pessoas alfabetizadas conseguiram administrar seu dinheiro. Em relação à alfabetização, as mães que estudam estão mais propensas a por e manter os filhos na escola, e em igualdade de gênero, mulheres alfabetizadas são capazes de tomar decisões em âmbito familiar, participar de assuntos públicos e melhorar a saúde reprodutiva e materna. (RELATÓRIO GLOBAL SOBRE APRENDIZAGEM E EDUCAÇÃO DE ADULTOS, 2009).

O gráfico a seguir diz respeito à disparidade de gêneros na educação.

Figura 5 – Taxa de Alfabetização entre jovens de ambos os sexos.

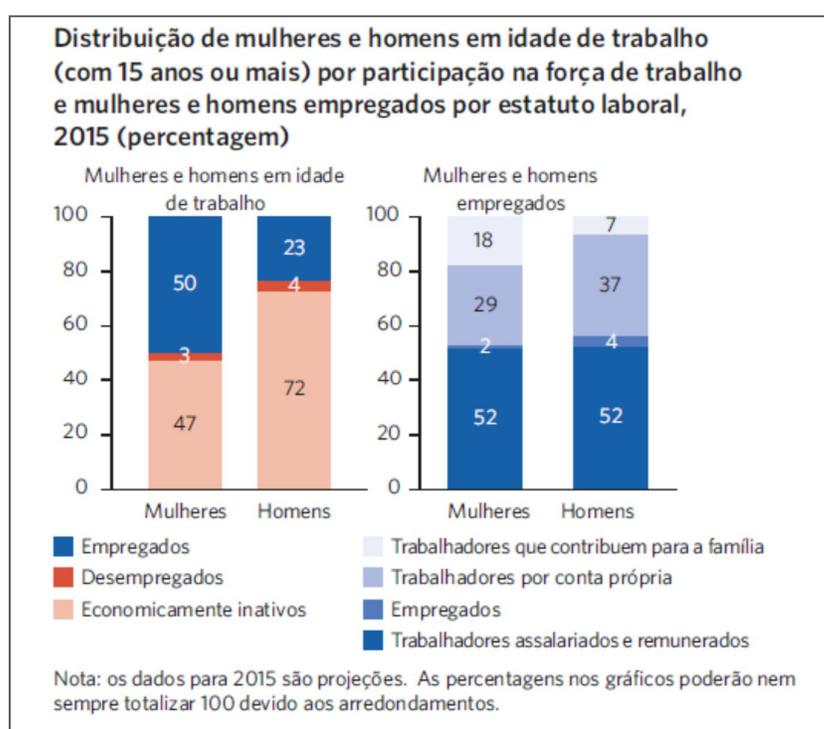


Fonte: Relatório sobre os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, 2015, p.27.

Globalmente, observa-se que a taxa de alfabetização entre os jovens de 15 a 24 anos aumentou, devido à continuidade de escolaridade das fases primárias e secundárias de aprendizado. Mas ainda há cerca mais de 100 milhões de jovens analfabetos nas projeções de 2015. Observando o gráfico, na América Latina e Caribe houve uma progressão de 10% de mulheres alfabetizadas contra aproximadamente 94% de homens em mesma situação no ano de 1990, e que demonstra um percentual bem razoável para que a meta seja alcançada de forma plena. Já na África Subsaariana as mulheres são a minoria alfabetizadas tendo progresso de mais de 60% em 2000 para mais de 70% em 2015.

Esses dados se interligam diretamente na igualdade de gênero do objetivo de número três sobre a promoção de igualdade de gênero e capacitação feminina, em que cerca de 2/3 dos países em desenvolvimento obtiveram a paridade de gênero na educação primária. Ainda, a maior barreira é a discriminação salarial entre homens e mulheres. O gráfico abaixo mostra a porcentagem de homens e mulheres que exercem atividade remunerada no ano de 2015.

Figura 6 – Homens e mulheres trabalhadores, desempregados e inativos em 2015.



Fonte: Relatório sobre os Objetivos do desenvolvimento do Milênio, 2015, p.30

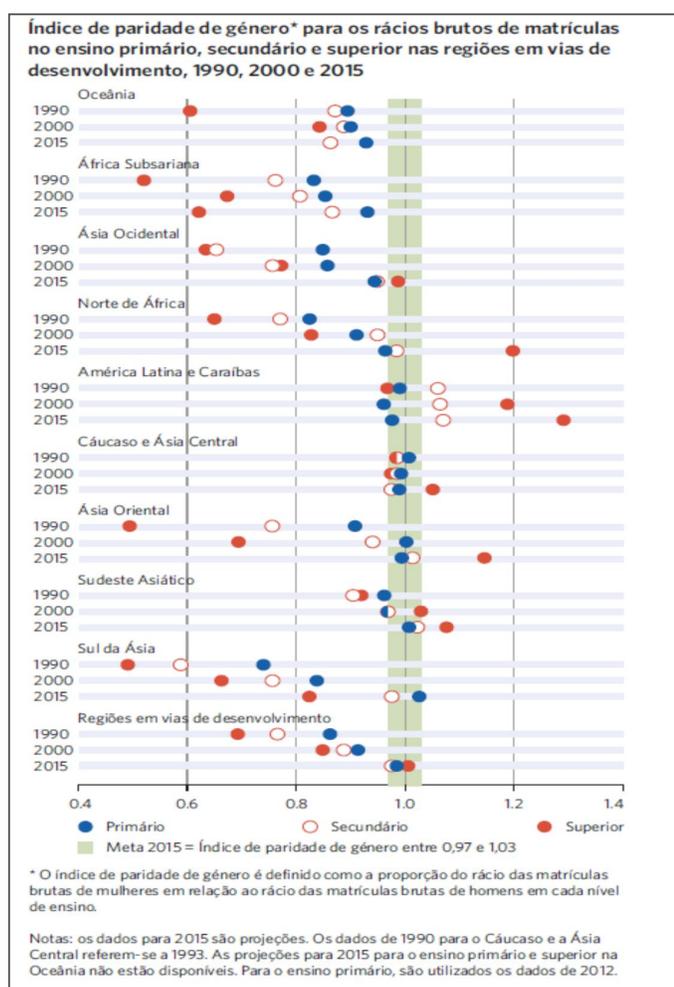
O alto índice de desempregados e inativos é devido à recessão econômica mundial, altas taxas de juros, volatilidade monetária que prejudicam a economia e influenciam diretamente na mão de obra nacional. Com base nas informações deste relatório “em 2015 cerca de 50% de todas as mulheres em idade para trabalhar (com 15 anos ou mais) fazem parte da força de trabalho, em comparação com 77% dos homens.” (RELATÓRIO PNUD, 2015).

As diferenças salariais em muitos países chegam a ser 24% menor sobre o que as mulheres recebem em comparação com que homens ganham em mesma

função e com o mesmo nível escolar. Elas são maioria nos cursos de ensino superior, porém no mercado de trabalho elas encontram a forte concorrência masculina e ficam em desvantagem para concorrer com vagas em grandes empresas bloqueando as chances de empoderamento.

A paridade de gênero no ensino primário foi alcançado pela maioria das regiões do globo, mas as diferenças ainda são gritantes nas outras fases de ensino comparando os sexos, como mostra a figura a seguir. (RELATÓRIO PNUD, 2015).

Figura7 – Paridade de gênero no ensino primário.



Fonte: Relatório sobre os Objetivos do desenvolvimento do Milênio, 2015, p.28.

Analisa-se que ótimos foram os alcances no ensino primário, mas em relação ao ensino secundário e superior ainda encontram-se em defasagem na Oceania, África Subsaariana e Ásia Ocidental e o Sul da Ásia que encontra-se em situação

pior. Já a América Latina e Caribe, Cáucaso e Ásia Central tiveram os índices aproximados das metas estipuladas para o ano de 2015.

Na próxima etapa serão apresentadas as explanações sobre as ampliações necessárias para dar prosseguimento as Metas do Milênio.

4.5.OBEJTIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: AMPLIAÇÕES

Como observamos no capítulo anterior, em regiões em via de desenvolvimento as metas propostas tiveram mais recursos e possibilidades de serem cumpridas, já em países mais pobres o desenvolvimento foi menor do que o esperado. Por isso, a continuidade é essencial para alcançar um mundo de paz e liberdade, o objetivo principal se mantém em acabar com a pobreza para um ambiente seguro e mais prospero.

Com tudo o que foi exposto sobre as ambições das Metas do Milênio, para dar continuidade a esse projeto grandioso do PNUD, foi elaborado os Objetivos do Desenvolvimento sustentável, com previsão de conclusão para o ano de 2030. A agenda global de 2030 precisa de mais financiamento e inovação por parte dos países além da ajuda mútua para que os 17 objetivos e as 169 metas sejam alcançadas. A seguir listamos as ampliações dos objetivos deste estudo e a partir dele será desenvolvida uma crítica reflexiva sobre os temas.

Objetivo 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

1.1 – Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medidas como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia;

1.2 – Até 2030, reduzir pelo menos a metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais;

1.3 – Implementar em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis;

1.4 – Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças;

1.5 – Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos

extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais;

1.a – Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões;

1.b – Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza. (PNUD, 2016).

Sobre as ampliações em relação ao o objetivo de reduzir a pobreza em nível global, existe ainda o atual número de mais de 800 milhões de pessoas vivendo na extrema pobreza, isso é o que os relatórios oficiais divulgam, mas sabemos que existem regiões de difícil acesso e lugares em que a falta de dados afetam diretamente nas estatísticas. É complexo imaginar que em mundo com mais de 7 bilhões de habitantes e que é dominado por meia dúzia de “grandes potências mundiais” existam apenas 800 milhões de pessoas vivendo em condições vulneráveis.

A disparidade entre os mais pobres e os mais ricos em zonas urbanas e rurais são imensas. Tomamos como exemplo as crises econômicas mais recentes, a Crise econômica de 2008, por exemplo, a economia e o comércio dos países foram diretamente afetadas, desempregando milhares de pessoas em todo o mundo, abalando as nações mais decadentes, dificultando o período de recuperação estagnando a recessão, tendo reflexos nos dias atuais.

Esses milhões de pessoas que vivem na extrema pobreza e que passam fome todos os dias, a maioria são mulheres sem condições de sustento, voz e empoderamento e crianças indefesas, que pouco da vida conhece e sofre por viver um ambiente de plena desigualdade social e até em meio a guerras civis. O direcionamento por parte das organizações no contexto internacional passou de prevenir ou combater guerras para formas de garantir a paz e os direitos humanos.

Sabe-se que existe muita corrupção, mas esses órgãos de atuação social recebem altas quantias em dinheiro pelos países e pouco se diz sobre como é distribuídos estes financiamentos. Cabe aos governos ajudar ao pobre e auxiliar de uma maneira para que ele se desenvolva e não volte miséria, através de políticas públicas de caráter nacional e regional, com o amparo das instituições internacionais.

O Banco Mundial é um forte interventor para que a redução da pobreza diminua. Através de suas políticas e ações globais, propôs-se a cumprir duas ambições próprias que envolvem reduzir 40% das pessoas pobres do mundo e adota o conceito da prosperidade compartilhada no âmbito de manter essas pessoas pobres longe da linha da extrema pobreza através de programas assistencialista e oferecer oportunidades aos mais vulneráveis, que é uma política válida, se seguida pelos países de forma igual. (WORLD GROUP BANK, 2016).

Objetivo 4 – Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

4.1 – Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes. Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes;

4.2 – Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário;

4.3 – Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade;

4.4 – Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo;

4.5 – Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade;

4.6 – Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática;

4.7 – Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável;

4.a – Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos. Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos;

4.b – Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de

formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento;

4.c – Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento. (PNUD, 2016).

Estes objetivos e metas são de fundamental importância para assegurar uma cidadania digna a todos que através do aprendizado, passam a compreender e aplicar ao cotidiano assuntos de cunho político, econômico, social e ambiental, ampliando o desenvolvimento da sociedade a qual vivem pelos direitos humanos. A educação é a base para um mundo melhor e mais harmonioso, é através dela que surgem os médicos, engenheiros, internacionalistas, cientistas, empreendedores, figuras públicas e tantas e tantas outras profissões e personalidades que contribuem com o seu conhecimento para a melhoria global.

Em muitos países a disparidade de gênero foi alcançada no ensino primário pelas ações governamentais e acompanhamento de estatísticas. Apesar as maiorias dos índices indicarem uma situação ruim na África Subsaariana, a região foi a que conseguiu atingir os melhores resultados. Como foi possível incluir as crianças pobres na escola, se o que mais castiga a região é a fome? Será que os dados coletados se referem a partes mais desenvolvidas da região? Está é a dúvida sobre a veracidade dos dados divulgados. Manter uma criança ou jovem na escola fornece mais gastos do que oferecer crédito para sanar a fome e reduzir a miséria, o que cai em contradição é que na educação atingirá uma pequena parcela da população, não o todo e mais necessitado.

As ampliações propostas são ótimas, mas em muitos casos parece utopia, em países ricos a qualidade do ensino e a forma que é aplicado é diferente dos que o resto dos países. A educação, saúde, moradia, vida e liberdade entre outros princípios estão garantidos pela Declaração dos Direitos Humanos, é dever de todos os países investirem nesses aspectos.

O grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) com o auxílio da UNESCO, se reuniram em 2013, em Paris, para estabelecer um mapa mundial da educação para discutir oportunidades de cooperação na educação, com destaque quanto ao acesso, a equidade e a qualidade do ensino, o que influencia diretamente no crescimento econômico inclusivo e no desenvolvimento sustentável.

Com isso,

Os países BRICS têm mostrado interesse crescente em reforçar a cooperação internacional na educação e no desenvolvimento de habilidades. Quando os ministros da Educação desses países se reuniram em Paris, em novembro de 2013, paralelamente à Conferência Geral da UNESCO, eles manifestaram a determinação de intensificar a cooperação na educação (...)os líderes dos BRICS identificaram a educação como uma das áreas prioritárias em que buscam aprofundar a cooperação. Eles destacam a “importância estratégica da educação para o desenvolvimento sustentável e o crescimento econômico inclusivo” e, pela primeira vez, incluíram uma reunião com os ministros da Educação dos cinco países em seu Plano de Ação comum. (BRICS, 2014, p.3).

Essa atitude dos cinco países impulsionaram os progressos da educação em esferas globais, mostrando aos governos que o investimento político e financeiro pode levar ao progresso. Mas a carência em educação ainda é relevante o que reflete negativamente no crescimento e coesão social.

Objetivo 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas às mulheres e meninas.

5.1 – Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda partes;

5.2 – Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos;

5.3 – Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas;

5.4 – Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais;

5.5 – Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública;

5.6 – Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão;

5.a – Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais;

5.b – Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres;

5.c – Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis. (PNUD, 2016)

A desigualdade de gênero ainda persiste, os avanços foram poucos em questões de proteção e empoderamento feminino. A mulher continua sofrendo discriminação, violência física, desigualdade salarial e pouca participação política em muitas partes do mundo. Os objetivos proposto pelo ODS ampliou a gama de assuntos sobre este tema, ele integra a saúde reprodutiva e da gestante, combate violência, integra educação, implementa ações contra costumes passados como casamentos forçados, mutilações genitais que fazem parte de culturas orientais mas que choca a sociedade sobre a existência deles.

Figuras públicas femininas como as atrizes Angelina Jolie, Emma Watson, a chanceler Angela Merkel, princesa Daiana, Maria da Penha, e madre Tereza de Calcutá, são exemplos de personalidades que lutam ou que lutou por questões de gênero e empoderamento, debatendo em fóruns mundiais, com assistências humanitárias ou sendo somente celebridades diplomatas com a função de disseminar o tema para a população.

As políticas de empoderamento visam fazer da mulher parte do desenvolvimento sustentável, dando voz e ação a elas. No mundo, com mais de 200 nações, apenas 10% dos representantes estatais são do sexo feminino, um número ínfimo comparado a tantos cargos de poder exercido por homem durante séculos. A igualdade de gênero ainda esta longe de ser alcançada, mas a persistência garantirá seu objetivo final.

Sendo assim, as ambições são de extrema importância para obter uma qualidade de vida e assegurar a paz entre as nações fazendo-as se unir para atingir objetivos globais em benefício de todos. Faz-se necessário, utilizar os dados e as estatísticas sempre atualizados para melhorar os avanços e concretizar os objetivos, norteados governos a estabelecer as diretrizes no plano nacional de suas políticas para intervir cada vez mais no desenvolvimento. Para isso, o auxílio da tecnologia na qualidade das informações e aplicações dos programas de desenvolvimento se torna cada vez mais presente como uma ferramenta geradora de bem estar de grupos específicos e da sociedade em geral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho propôs refletir, a partir da teoria construtivista e da teoria feminista, a importância da formação da sociedade e de todos os atores que dela fazem parte na composição global.

A teoria construtivista destaca a constante transformação e adaptação do mundo de acordo com o surgimento de conceitos como Nacionalismo, Liberdade, Identidade, Interesse entre outros, expondo características que representam a personalidade dos Estados diante de um conflito e situações que vão contra seus ideais. O feminismo, por sua vez, viabiliza a voz ativa das mulheres em relação aos seus direitos humanos e sua dignidade, fazendo parte atuante das Relações Internacionais para conquistar feministas de todo mundo.

O surgimento das Nações Unidas no pós-guerra pôs em pauta nas agendas internacionais manter a ordem e a paz internacional, combatendo e evitando guerras e poupando a vida de milhões de pessoas inocentes perdidas em disputas políticas e de interesses dos Estados. Posteriormente com a concretização da Organização das Nações Unidas em 1945, o desenvolvimento humano e a sustentabilidade entraram em pauta do decorrer da década de 1990 a fim de assegurar condições e políticas para melhoria da qualidade de vida do planeta e prevenção do meio ambiente, embasados nos programas de órgãos da ONU como o Programa das Nações Unidas para desenvolvimento sustentável (PNUD).

As Metas do Milênio, ou Objetivos do Milênio (ODM), estabelecidas em 2000 pelo PNUD norteou as nações no cumprimento de ações relativas a temas que abrangem esferas públicas e privadas e setores econômicos, sociais, políticos e ambientais. Essas metas tiveram 15 anos como prazo de conclusão, e cada avanço ou retrocesso foi avaliado para um estudo de melhorias para serem aplicadas na agenda pós-2015. As ambições das Metas do Milênio se ampliaram para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com uma gama de metas e objetivos mais abrangentes que dão continuidade aos ODM, com previsão de conclusão para o ano de 2030.

Os objetivos do PNUD não só resumem os anseios do desenvolvimento do global como um todo, mas também chamam a atenção para estimas universalmente aceitos e direitos fundamentais dos seres humanos. Vale ressaltar que é essencial não só o Estado estar disposto aplicar e cumprir as metas é também considerável a

colaboração da população de cada país, que possui um papel fundamental na estrutura de uma nação, participar dos programas de inclusão e incentivar as melhorias das ações que beneficiam a elas mesmas.

Muita coisa ainda precisa ser pensada para combater a pobreza extrema em diversas partes do mundo, mas dificuldades em relação a coleta dos dados entre grupos familiares e não de forma individual atrapalham a diferenciação das taxas relativas a sexo, classe social, educação de um mesmo grupo sobre assuntos diferentes e em regiões diferentes também. Mesmo que a maioria das nações reduza significativamente a pobreza até 2030, com a persistência de conflitos civis e desastres até mesmo ambientais, significa que provavelmente haverá um número baixo, mas significativo, de pessoas que ainda irão viver na extrema pobreza.

Nas análises sobre o próximo tema estudado, a universalização da educação primária, entre meninos e meninas, observamos que é uma meta que não foi alcançada em sua totalidade pelos ODM, em que milhões de crianças em idade escolar não estão matriculadas na escola e a grande disparidade de ensino e muita lentidão do sistema prejudicam na conclusão do ciclo completo de ensino. Viu-se a necessidade de voltar um atenção especial a alfabetização de jovens e adultos para que tenham conhecimentos, desenvolvam uma cidadania ativa e invistam em sua melhoria de vida. Não será a educação por si mesma que resolverá os problemas sociais, mas seguramente é parte fundamental da solução.

Em relação à igualdade de gêneros, nota-se que muito se é discutido sobre o assunto, mas, poucas são as ações realizadas para empoderar mulheres e combater a discriminação e a violência. O sexo feminino foi visto por muitos séculos como o inferior e o sexo frágil incapaz de coordenar ou participar das questões do ambiente social no qual estavam integradas. Esse tabu foi quebrado através de revoltas femininas e com o desenvolvimento da consciência sobre igualdade e liberdade de expressão.

As mulheres vem se tornando presentes em vários aspectos como trabalho, escolaridade menos em participação política, que ainda tem barreiras e um certo receio geral sobre a forma de administrar uma cidade ou país em comparação aos ideias masculinos.

Contudo, conclui-se que há muito a se fazer para concretizar boa parte dos objetivos propostos para melhoria global, mas com a integração das nações em ações de cooperação a ajuda mútua, o longo caminho será encurtado pelos avanços

e melhorias dos programas nacionais e internacionais. A partir de valores como liberdade, tolerância, solidariedade, igualdade, respeito pela natureza e responsabilidade comum foram transformados em atuações, frisando sempre as metas estabelecidas para atingir ambições globais, melhoria de vida no planeta e bem estar populacional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY Jacqueline. **O que é feminismo**. Abril Cultura Brasiliense, 1985. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/113816280/O-que-e-Feminismo-Branca-Moreira-Alves-e-Jacqueline-Pitanguy-Colecao-Primeiros-Passos>>. Acesso em: 25 set. 2016.

ANGELIM, Daniel; OLIVEIRA, Tatiana. **Qual nova agenda para o desenvolvimento? Desafios e prioridades dos ODS-ONU**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://brasilnomundo.org.br/wp-content/uploads/2015/09/2015_22_08_oliveira_e_Angelim.pdf>. Acesso em: 24 out. 2016.

A HISTÓRIA da Organização. **ONU BRASIL**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/historia/>>. Acesso em: 20 set. 2016.

CONFERÊNCIA Das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável. Rio + 20. **O futuro que queremos**. Rio de Janeiro, 2012. 16 p. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/03/Rio+20_Futuro_que_queremos_guia.pdf>. Acesso em: 17 out. 2016.

EDUCAÇÃO 2030. **Declaração de Incheon: Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos**. Brasília, 2016. 5 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002331/233137POR.pdf> >. Acesso em: 27 out. 2016.

FARINAS, Mariana. **O ruído da violência desvinculada**. Universidade livre feminista, 2010. Disponível em: <<http://feminismo.org.br/o-ruído-da-violencia-desvinculada/>>. Acesso em: 18 out. 2016.

FUNDAÇÃO Armando Alvares Penteado (FAAP). **Guia de Estudo/Study Guide**. São Paulo, 2015. 25 p. Disponível em: <http://www.faap.br/forum_2015/pdf/guias/GE_PNUD_online.pdf>. Acesso em: 30 out. 2016.

KILSZTAJN, Samuel. **O acordo de Bretton Woods e a evidência histórica. O sistema financeiro internacional no pós-guerra**. Revista de economia política, vol. 9, nº4, out-dez 1989. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/36-6.pdf>>. Acesso em: 31 de out. 2016.

MARIANO, Enzo Barbeiro; REBELATTO, Daisy A. N. **Riqueza econômica e qualidade de vida: Uma análise mundial da “eficiência social” de Estado nação**. Novas Edições Acadêmicas, 2012.

MATOS, Maria Izilda S de. **Terceiro setor e gênero: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005.

NENHUM país do mundo conseguiu atingir a igualdade de gênero. **Acegis**. Por Zeid All Hussein. 06 out. 2015. Disponível em: <<http://acegis.com/2015/10/06/nenhum-pais-do-mundo-conseguiu-atingir-a-igualdade-de-genero/>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio**. Nova York, 2000. 20 p. Disponível em: <<https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2016.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teorias das Relações Internacionais: Correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **A Conferência do Rio de Janeiro - 1992 (Eco-92): Reflexões sobre a Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, {[2011?]}. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT15-170-31-20120626115525.pdf>>. Acesso em: 02 de nov. 2016.

ONUBR Nações Unidas No Brasil. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 Para O Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 03 SET. 2016.

ONU MULHERES. **Planeta 50-50 em 2030**. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/planeta5050/>>. Acesso em: 23 out. 2016.

_____. **Princípios de empoderamento das mulheres**. Pacto Global Rede Brasileira. 2016. 24 p. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_WEPs_2016.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2016.

PAINEL de especialistas da ONU cria rascunhos com objetivos sustentáveis. **Fbds**. Por Eduardo Carvalho. G1, São Paulo. Disponível em: <http://www.fbds.org.br/article.php?id_article=35>. Acesso em: 02 de nov. 2016.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SCHEFLER, Maria de Lourdes N. **Gênero, autonomia econômica e empoderamento: o real e o aparente**. Sistemas de processos de investigação e/ou de intervenção social. Sem ano. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/16438930-Genero-autonomia-economica-e-empoderamento-o-real-e-o-aparente-sistematizacao-de-processos-de-investigacao-e-ou-de-intervencao-social.html>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de bolso, 1999.

SILVA, Darlene Oliveira da; ARAÚJO, Gabriela Monteiro; DONATO, Manuella Riane Azevedo; LINDÔSO, Raquel Oliveira. **Gênero e Empoderamento: Olhares Sobre As Políticas Públicas Para Mulheres**. Caruaru, 2015. Disponível em: <https://www.ufpe.br/fagesufpe/images/documentos/TCC_Especializacao_Genero_D

esenvolvimento_PolíticasPublicas/genero%20e%20empoderamento.pdf>. Acesso em: 26 out. 2016.

UNESCO afirma que 263 milhões de crianças estão fora da escola. **DW Made for Minds**. ago. 2016. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/unesco-afirma-que-263-milh%C3%B5es-de-crian%C3%A7as-est%C3%A3o-fora-da-escola/a-19403259>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

_____. **BRICS Construir a educação para o futuro**. Brasília, 2014. 105 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002296/229602por.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

_____. **Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento 2005-2014: Documento final do esquema internacional de implementação**. Brasília, 2005. 113 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139937por.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2016.

_____. **Educação 2030 Declaração de Incheon e Marco de Ação da Educação Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos**. Brasília, 2016. 53 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002432/243278POR.pdf>> Acesso em: 14 out. 2016.

_____. **Educação para todos: o compromisso de Dakar**. Brasília, 2001. 70p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

_____. **Educação de Qualidade Para Todos: Um assunto de direitos humanos**. 2. Ed. Brasília, 2008. 130p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001505/150585por.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2016.

_____. **Relatório de Monitoramento Global de EPT. Educação para todos 2000-2015: Progressos e Desafios**. 1. ed. França, 2015. 58 p. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/education-for-all/#c1100555>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

_____. **Relatório global sobre aprendizagem e educação de adultos**. Brasília, 2010. 156 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001886/188644por.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

UNIC RIO. **A ONU e o Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://unicrio.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-desenvolvimento/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. **Declaração dos Direitos Humanos**. 2009. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2016.

UNITED NATIONS. **Keeping the promise: united to achieve the Millennium Development Goals**.2010. 32 p. Disponível em: <<http://www.un.org/en/mdg/summit2010/pdf/mdg%20outcome%20document.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2016.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. **Declaração e plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Pequim, 1995. 112 p. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2016.

XAVIER, Ana Isabel; RODRIGUES, Ana Luiza; OLIVEIRA, Felipe; OLIVEIRA, Gonçalo; COELHO, Inês; COUTINHO, Inês; MATOS, Sara. **A organização das nações unidas**. Coimbra: Humana Global, 2007. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/abc/onu/onu_humana_global_onu.pdf>. Acesso em: 17 set. 2016.

WEBER, Friedrich Renê. **A formação do Estado Alemão e a construção do sistema bismarckiano de alianças: Do Congresso de Viena ao surgimento de uma potência contestadora**. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/96560>>. Acesso em: 16 set. 2016.

WENDT, Alexander. **Teoria social da política internacional**. Rio de Janeiro: Apcuri, 2014.

WORD Bank Group. **Poverty and Shared Prosperity 2016: Taking on Inequality**. Washington, DC: 2016. 192 p. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/25078/9781464809583.pdf?sequence=24>>. Acesso em: 02 dez.2016.

WORD Education Forum. **Educação para todos: O compromisso de Dakar**. Ação Educativa, 2001. 36 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2016.

WORLD Food Summit. **Declaração De Roma Sobre A Segurança Alimentar Mundial E Plano De Acção Da Cimeira Mundial Da Alimentação**. Disponível em:<<http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.htm>>. Acesso em: 19 out. 2016.